FUNDAMENTOS GEOGRAFICOS
E HISTORICOS DO ESTADO DO MARANHÃO

(Com breve estudo sobre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e Meio Norte)

CARLOS STUDART FILHO

(CONTINUAÇÃO)

VI — A FUNDAÇÃO DO CEARÁ

O desastre, que pôs têrmo á marcha dos milicianos de Cristo no rumo do Poente e cerrou com o sangue de um mártir capítulo da trágica história do Ceará, não quebrantou o animo dos nossos colonizadores. Nem sequer logrou desviá-los por muito tempo dos patrióticos intuitos de promover a ocupação da costa leste-oeste.

Na qualidade de bons portugueses tinham fé nos seus destinos e a cruenta ocorrência passada na Ibiapaba foi, pela mente daqueles homens enérgicos e pertinazes, cedo relegada á condição de simples e logo esquecido contratempo. Tão pouco esmoreceu a acção governamental já fortemente empenhada em dar combate á pirataria reinante nos mares do nosso setentrião. Tais propósitos viram-se mesmo esposados com grande ardor e solicitude pelo capitão-general D. Diogo de Meneses e Siqueira, ao assumir, em 1607, a suprema direcção da Colónia.

Como o monarca se mostrasse surdo aos seus instantes pedidos de auxílio, mas o autorizasse a agir como melhor lhe parecesse na defesa dos interesses da coroa, ele resolveu determinar, desde logo, uma série de providências de caracter político e militar visando ao colimado objectivo.

O sargento-mor de Estado, Diogenes de Campos Moreno, (30) que,

---

(30) Tendo militado com brilho nas guerras de Flandres, passara Diogo Campos Moreno à Colónia em companhia de Diogo Botelho com o posto de Sargento-mor do Estado do Brasil. Cultivando igualmente a arte das letras escreveu: "Jornada do Maranhão" (1614) e "Rezão do Estado do Brasil".

logo após o ataque dos corsários holandeses contra a Baía, partira para Madri por ordem de Diogo Botelho, a persuadir a corte da conveniência de ser alargada a conquista (31) e que de lá regressara sem nada haver conseguido, foi, sem demora, mandado ao Rio Grande do Norte em missão de alta relevancia.

Sendo Natal a povoação lusitana mais setentrional da costa brasileira e, portanto, a que mais próxima se achava da região salteada pelos corsários do além-mar, êle devia encarregar-se de saber ali em que pé estavam as coisas do Maranhão, inteirando-se, ao mesmo passo, se lá havia realmente franceses radicados e qual a disposição de animo dos gentios da costa para com os nossos, dados esses que se faziam necessários para uma acção pronta e segura por parte da administração pública.

Outra providência de largo alcance e relevancia então tomada pelo Governador foi, sem duvida, a que se concretizou na ordem de ocupação do litoral cearense.

Consoante informa o autor de "Jornada", muito naturalmente compreendera o Governador, em face dos sucessivos fracassos portugueses, que não era possível empreender, com possibilidade de bom exito, a marcha para o norte, sem ter garantida previamente a posse efectiva da costa interjacente.

Tão interessado estava Diogo de Menezes em a defesa de nossa integridade territorial que, consultada pelo rei, em sua carta de 19 de Janeiro de 1611, sobre a importancia e utilidade da conquista do Maranhão, termo então ainda geograficamente impreciso e servido a designar as terras que estendiam para além da serra da Ibiapaba, — respondeu, desde logo, que era "a jornada importantíssima e de necessidade".

"Parece-me e sempre me pareceu, desde o dia que aqui cheguei, dizia ele em carta de 1 de Março de 1612, que era a jornada importantíssima, e de necessidade devia fazer-se tanto pela utilidade que a fazenda de V. M. receberá quando aquela parte se povoasse que por ser a derradeira pedra de evitar os corsários desta costa, que só hoje tem aquela a colheita e pelos interesses que dali levam, continuam todos os anos grande número a vir aquela costa".

No seu desejo de acção igualmente apoiou o parecer apresentado á corte por Diogo de Campos Moreno, sobre a conveniência de dividir o Brasil setentrional desde o Rio Grande até o Maranhão e sugeriu, já no fim do seu governo, ao soberano que "para remédio de a defender a costa do meio-norte aos estrangeiros como a de cultivarem" aí se criassem três novas capitanias na forma seguinte: A primeira, a que se chamaria

---

(31) Ou para representar o rei sobre a pouca segurança da cidade do Salvador e requerer meios para fortificá-la e também para construir um forte em Recife, conforme esclarece Southey. Carta de 1 de Março de 1612.

de Jaguaribe, iria do Rio Guararã até o rio Upessém, cabendo-lhe "de terreno, pela costa 70 léguas, pelas fraldas da serra Aquemamume que corre desviada do mar 4 léguas, com terras e portos excelentes para todas povoações e embarcações"; a segunda, a do Camucim, estender-se-ia do rio Upessém ao rio Mundaú, correndo a costa na volta do Maranhão, 60 léguas, pouco mais ou menos e sua séde far-se-ia no rio Camucim, "que é uma notável ponta, onde está um porto de grande importancia, que é necessário impedir-se aos estrangeiros; o mais desta a fertilidade e grandeza é notável e melhor sabida"; a terceira, finalmente alongar-se-ia do rio Mundaú até o Maranhão, a distancia de 60 léguas aproximadamente, ficando o Maranhão por "cabeça desta capitania".

Tal foi segundo projecto para resolver o premente problema da colonização e defesa das terras nordestinas que, como se viu, permaneciam abandonadas depois do malogro da doação pinzónica de 1501 e do fracasso das tentativas colonizadoras ensaiadas por Aires da Cunha (1535) e Luís de Melo e Silva (1554).

O plano sugerido pelo Governador Geral era fácil de conceber, mas difícil de executar e, por exigir recursos pecuniários abundantes e largo espaço de tempo para desenvolver-se, não foi, como tantos outros, tomado em consideração pela corte.

Para ocupar o litoral cearense nomeou Diogo de Meneses a Martim Soares Moreno, antigo companheiro de Pero Coelho de Sousa, em cuja bandeira se alistara pouco depois de seu desembarque no Brasil, recen-chegado do reino.

Cedendo, sem dúvida, ao misterioso chamamento do mar para aventuras distantes, apelo que ainda ecoava irresistivelmente em todos os corações lusitanos, aquele português de origem berbere transpusera o Atlantico no séquito do Governador Diogo Botelho, já soldado aos 17 anos de idade e, uma vez no aquém mar, se dispusera a continuar na carreira das armas e nela triunfar pela bravura, abnegação e patriotismo.

Ainda pouco afeito á profissão que abraçara e mais para atender aos reclamos desses seus nobres impulsos e aos conselhos do tio, sargento-mor de Estado, Diogo de Campos Moreno, a fim de que aprendesse a língua e o costumes dos indígenas nordestinos, do que por qualquer outro motivo, tomara ele parte naquela trágica jornada ás terras cearenses.

"Sendo de pouca idade passei ao Brasil por soldado em companhia do Governador Diogo Botelho logo que cheguei a Pernambuco fui com o Capitão-mor Pero Coelho de Sousa a descobrir e conquistar a Província de Jaguaribe e SEARÁ e MEL REDONDO, servindo de soldado, onde tivemos muita guerra com aqueles índios que eram infinitos e tinham muitos franceses em sua companhia", escreveria, mais tarde, o nosso herói na "Relação do Ceará".

Por essa época os limites reais da colonia alcançavam ao norte apenas até o rio Potengi. Junto ás margens baixas do curso dágua potiguar,

o forte dos Santos Reis Magos, construído em fins do século XVI, segundo os planos do Jesuíta Gaspar de Sampere, era como uma sentinela que marcava o ponto mais setentrional da avançada lusa em terras americanas.

Em grande parte linear, a expansão colonizadora tinha então a garantí-la, apenas, um rosário insignificante de fortins e casas fortes e algumas feitorias agrícolas que conservavam o cunho acentuadamente militar dos primeiros tempos, quando a terra só oferecia o interesse de proporcionar refresco de toda espécie ás naus de alto bordo e ás esquadras que singravam para ás Indias e, desde 1506, começaram a tocar no Brasil.

Na faixa marítima, ao longo da costa que vai do Rio Grande do Norte até S. Vicente, onde a densa mata da encosta Atlantica mais se acercava do mar, vicejavam penosamente, é certo, vilas e mesmo agregados urbanos e leves características europeias, mas esses eram extremamente raros e pertenciam de ordinário aos donatários.

"...todas são portos de mar e vilas de senhores particulares, excepto a Baía e Rio de Janeiro que são cidades de sua majestade" escrevia Anchieta por essa época.

Em torno dos núcleos de condensação humana de maior vulto em todo o Brasil Oriental, verdejava então a lavoura pacificamente ao lado da pecuária. No próprio Reconcavo baiano e em Pernambuco, onde mais se adensavam os povoados anónimos da gleba e onde o crescente desenvolvimento das plantações de cana e de fumo criara a enorme pletora de riqueza, ainda não se esboçara claramente movimento algum de mútua repulsão entde aquelas duas formas de actividades agrícolas, actividades sem dúvida complementares mas aqui, de certo modo, incompatíveis. Mesmo nas citadas regiões, a área de colonização litoranea permanecia restrita, pois os imigrantes europeus e seus descendentes não se sentiam bastante fortes para romper a selva inhóspita e a pressão dos nativos que os mantinham pregados de encontro á beira mar.

Arranhavam a costa como carangueijos, conforme a comparação feliz mas já sediça de Frei Vicente do Salvador, o franciscano ilustre que deu lume a uma história do Brasil, a primeira no género escrita por brasileiro.

Floresta e índios retardariam, assim, durante largo tempo a marcha triunfal dos criadores para o sertão, marcha que, partida no norte quase simultaneamente de Olinda e do Salvador, onde floresciam as lavouras mais ricas, levaria em sucessivas ondas de expansão até o médio S. Francisco, o gado curraleiro indubitavelmente o maior e o mais pacífico agente desbravador da hinterlandia nordestina.

Jornadas aventureiras para esquadrinhar o sertão ignoto e hostil já tinham sido, sem dúvida, numerosas em todas as latitudes do costão levantino. Mesmo durante o período nebuloso que vai do descobrimento do Brasil até a chegada de Thomé de Sousa á Baía, varreram a terra virgem na procura febril de novas minas, muitos homens afoitos que,

não raro, perderam a vida ingloriamente no amago do continente sul-americano.

Sem falarmos na entrada um tanto fabulosa de Aleixo Garcia que teria prolongado a sua marcha até as fronteiras do império dos Incas, e na viagem dos quatro homens de Martim Afonso que rotearam por campos e serras altíssimas 115 léguas de chãos brasileiros, aparece como digna de ser mencionada, nos primórdios da conquista, em 1531, a expedição de Pero Lobo que a ganancia de Francisco Chaves lançou a caminho do Paraná, em cujas margens iria desaparecer do rol dos vivos, trucidado pelos carijós.

Depois de unificada a colónia sob a égide de um governo geral, merece citação o nome de Francisco Bruzza de Spinosa (1553), espanhol já radicado em nosso país, entre os que primeiro realizaram a gloriosa e árdua tarefa de palminhar o sertão bruto da terra de Santa Cruz. Saído de Porto Seguro em companhia do jesuíta Aspilcueta de Navarro, e transpôs o rio Burahem ou Porto Seguro, e pelo Jequitinhonha alcançou o rio das Velhas, cortando depois inultilmente o norte do território de Minas Gerais á procura de metais nobres e gemas preciosas.

A esse estrangeiro que foi incontestavelmente o iniciador da epopeia do bandeirismo baiano, segue-se Vasco Rodrigues Caldas que, pelas alturas de 1562, subiu o Paraguaçu mesmo com a apreciável oposição dos Tupinães. Vêm depois as marchas audaciosas de Martim Carvalho, morador em Porto Seguro, penetrando 220 léguas no sertão, percorreu em parte o caminho traçado por Spinosa nas zonas auríferas e diamantiferas de Minas Gerais e, mais feliz do que este, voltou ao litoral com pedras tidas por legítimas esmeraldas. Sebastião Fernandes Tourinho, de nobre jerarquia, pois era descendente de Pero de Campos, igualmente saiu de Porto Seguro. Acompanhado de tropa numerosa reconheceu, com pouco êxito, grandes trechos do rio Doce, Jequitinhonha e Caravelas e trouxe, após caminhar quase 80 léguas, apenas notícia da existência de pedras verdes, possivelmente safiras, no Aceci. Explorou pormenorizadamente o sul da Baía, mas seu roteiro desapareceu. António Dias Adorno que, costeando com 150 soldados o rio das Contas, desvassou o interior da capitania de Porto Seguro, abrindo novas trilhas para futuras explorações.

Como batedores do sertão e desbravadores de florestas e de rios, destacaram-se ainda, por essa época, Luís Alves, de Ilheus, Martim Sá (1597), do Rio de Janeiro, Diogo Martins Cão, o Mata Negros (1575), e Marcos de Azevedo (1576) que, seguindo as pegadas de Sebastião Tourinho, regressou á Baía com indicações preciosas acerca de ricas jazidas de esmeraldas que jamais seriam, porém, redescobertas.

Foram também notáveis as entradas de Sebastião Alves ou Alvares, enviado por Luís de Brito á ribeira do S. Francisco, onde igualmente esteve Francisco de Caldas com os seus homens. Este último, saiu de Pernambuco, outro foco secundário do bandeirismo nortista. Daí haviam

partido, ao tempo de Duarte Coelho de Albuquerque, duas entradas comandadas, uma pelo próprio donatário e, outra por Cristóvão Lins, e destinadas ambas a realizar não só a exploração do litoral até Alagoas, como a dos numerosos cursos dágua que nele embocam. De Olinda saiu Gaspar de Taide que enveredou pelo S. Francisco acima em busca de minas.

Famosas incursões em busca de jazidas de metais e pedras preciosas realizaram Cristovam da Rocha, Rodrigo Martins, Vasco Caldas, da Baía, que chegou á serra de Sincorá, João Coelho de Souza, que, á frente de poderosa tropa, viajou três anos pelas nascentes do Paraguaçu, e seu irmão Gabriel de Sousa (1584), o famoso autor do "Tratado Descretivo".

Já quase no declinar do século XVI, tem lugar a célebre "bandeira de prata", comandada por Belchior Dias Moreira, que criara a lenda das fabulosas riquezas minerais do Brasil Central, lenda que só um século, mais tarde, torna-se-ia em auspiciosa realidade. Graças á penosa descoberta de Arzão (1694) e aos achados de Garcia Pais nas ribeiras próximas á serra de Serababuçu.

Também no sul os povoadores da borda do mar e do planalto piratininguano não se conservavam inactivos no estreito ambito das terras conseguidas pacificamente aos Tupiniquins e Guaianazes, pela interferência oportuna de João Ramalho. Não se abrira, é certo, a quadra heróica do bandeirismo paulista, que seria também a da incorporação definitiva ao nosso património territorial das imensas áreas do amago do Continente Sul-Americano, obra formidável e patriótica só muito mais tarde realizada por Fernão Dias, Bartolomeu Bueno, António Pires, Pascoal Moreira e outros "calções de ouro" de igual envergadura. Sequer houvera mesmo começado o verdadeiro ciclo das bandeiras de desbravamento de que seria António Raposo Tavares, indubitavelmente, a figura mais notável, tendo-se em conta o périplo de 1648 a 1651, feito prodigioso que nenhum outro viajante sertanejo lograria repetir. Ainda criança, ele vivia em S. Miguel do Brejo, pois alí nascera — segundo apurou Washington Luís — em 1598.

Mas, nem por isso, os paulistas se tinham mostrado até então menos interessados do que os moradores da costa leste e da nordeste em mergulhar no sertão para buscar minas ou para a torva aventura de desder índios. Iniciada, segundo Taunay, por Braz Cubas, Afonso Sardinha, João do Prado, entre outros, antes, portanto, da chegada de D. Francisco de Sousa a S. Vicente, as jornadas ao interior estavam também no sul da Colónia em pleno florescimento nos princípios do século XVII.

De todas essas expedições não se colhera, porém, até então, resultado prático algum do ponto de vista da radicação do homem branco ao solo brasileiro.

As entradas possuíam, quando muito, "o carácter de sondagens no desconhecido, propriamente sem consequências históricas, apresentando

apenas interesse cronológico, para a fixação de procedência de descobertas e informações sobre os primeiros contactos entre índios e europeus", conforme observa Cavalcante Proença.

No reduto rio-grandino dos Santos Reis Magos, última etapa da marcha da colonização para o Norte, estacionou Martim Soares Moreno durante os anos que se seguiram ao desbarato da expedição chefiada por Pero Coelho de Sousa; servia, já agora, no posto de tenente. "Pela qual opinião o dito Governador D. Diogo de Menezes o fez tenente da fortaleza do Rio Grande, donde o achou servindo Lourenço Peixoto Cirne, quando foi ser Capitão daquela capitania,..." depõe o autor da "Jornada".

Suas funções eram, porém, ali bem mais amplas e importantes do que as de um simples oficial subalterno. Ciente do valor da cooperação do nativo em qualquer empresa de carácter militar que se pretendesse levar por diante no Brasil, dera-lhe o Governador a incumbência diplomática de actuar como vínculo de união entre colonos brancos e os índios do Jaguaribe, aquêles mesmos índios cujas amizades eles soubera captar quando de sua estada no meio-norte, e preparar, assim, a ocupação pacífica de mais um trecho da orla litoranea.

Empenhando-se a fundo no cumprimento da missão de concórdia que lhe fora cometida, três vezes excursionou Soares por terras cearenses para manter sempre fortes os laços de mútua simpatia que o ligavam aos naturais. Queria também chamar para seus patrícios as boas graças daqueles gentios que dêles se mantinham arredios e temerosos. "O procedimento cruel de Pero Coelho de Sousa, informa um cronista de nomeada, não só teve mal resultado imediato antes penetrando-se a lembrança dele na memória dos índios, por longos anos os trouxe alienados e esquivos e foi grande e duradouro obstáculo ás expedições posteriores".

Pondo em jogo todos os recursos da sugestão e de malícia logrou Soares obter a sua maior vitória contra a prevenção dos brasis em 1611. Por essa época alcançou que os gentios o auxiliassem a tomar de assalto certa embarcação que arribara junto á ponta do Mucuripe e matassem ou aprisionassem toda a sua tripulação. Com o incidente ficava rota a amizade quase secular entre Potiguares e louros Mairs, agora tinham de aliar-se aos odiados Peros (C. de Abreu).

Para realizar o ousado feito, disfarçara-se qual selvagem, e nu, todo pintado de preto com suco de genipapo, metera-se entre o inimigo que confiadamente havia desembarcado á cata de refresco. "...vindo ali aportar um navio francês este ano passado (1611), manhosamente os deixaram desembarcar e em terra os mataram a todos", diz uma carta de D. Diogo de Menezes endereçada ao Soberano.

Dos nativos igualmente alcançou Soares que um filho de Jacaúna o seguisse á Baía para levar ao Governador a notícia desse sucesso que no Ceará pusera termo á longa aliança entre franceses e a grei daquele maioral. Ia o moço indígena incumbido de firmar pazes com os luso-bra-

sileiros e solicitar assistência religiosa para seu povo, ocorrência esta inédita nas crónicas da terra.

Relatando a el-rei factos tão alvissareiros, escrevia Diogo de Menezes, em missiva de 1 de Março de 1612, "me mandaram aqui um filho de um Principal daquele distrito de Jaguaribe pedindo-me com ele mandasse Padre para a doutrina e brancos que assistissem com eles, e porque o tenente do Rio Grande, Martim Soares foi o que andou nestes tratos e amizades com eles e que o trouxe consigo a esta cidade a dar-me conta do que passava me pareceu não perder a ocasião e torná-lo a mandar com o mesmo embaixador, acompanhado com um clérigo e dez soldados, para que fosse ao dito sítio de Jaguaribe e assentasse as pazes com os índios dele e residisse e fizesse uma igreja para que o clérigo exercitasse o seu ofício e os doutrinasse..." (32)

Nomeado capitão-mor da capitania cearense deixou Martim Soares a Baía, á frente de uma reduzida tropa de 6 homens (33) e, em 20 de janeiro de 1612, alcançava águas de sua jurisdição administrativa.

Cabia ao capitão-mor explorar a costa na direcção do ocidente e render os outros índios ribeirinhos do oceano, preparar, em suma, o domínio do Maranhão, abrindo, por assim dizer, uma picada de penetração ás tropas que viriam expulsar os franceses acastelados em vários pontos do litoral nortista.

Como sinal de posse e para defesa da nova capitania, ele construiu, com a solícita ajuda do morubixaba Jacaúna, próximo á foz do rio Ceará, a igrejinha de N. S. do Amparo e o fortim de S. Sebastião, baluarte humilimo como quase todos os que a civilização portuguesa fazia então abrolhar ao longo da fímbria do Atlantico Sul. Imagine-se uma cerca de pau a pique, feita á semelhança das tranqueiras que defendiam as tabas tupis, sobre a qual tremulará durante anos o pavilhão de Portugal, e ter-se-á uma ideia do reduto levantado por Martim Soares.

---

(32) Nomeado capitão-mor da capitania cearense, deixou Martim Soares a Baía, à frente de uma reduzida tropa de seis soldados apenas.

(33) No tocante ao número de acompanhantes que teve Martim Soares em sua viagem para o Ceará, discrepam sensivelmente as informações consignadas nos documentos antigos que versam o assunto. O Governador Diogo de Meneses, em sua já muito citada carta a El-rei, datada de 1 de Março de 1612, diz que foram dez; ao passo que Diogo de Campos Moreno assegura que eram apenas dois. Martim Soares, com mais autoridade por ser pessoa directamente interessada no caso, informa terem sido seis os homens do seu séquito. Assim ele diz taxativamente na "Relação do Ceará": ..."e sendo no ano de 1611 cheguei ao Ceará com seis homens em minha companhia".

Mercê da bravura e força de vontade de um homem estava, não obstante, integrado no Brasil largo trecho da costa leste-oeste. Criara-se nele finalmente um sólido ponto de apoio para a expansão da conquista.

Os potiguaras, deixando em grande número os seus domínios territoriais que morriam nas margens do baixo Jaguaribe, foram-se reunir em 4 aldeias junto ao rio Ceará. Incorporados depois á vida social e econômica da nascente colonia, concorreriam para melhor consolidar a posição dos brancos na terra novamente granjeada.

Plantando um estabelecimento duradouro naquele recanto perdido do Nordeste, a que erigiu por sua segunda pátria e dedicou toda a sua transbordante energia de homem de acção, Martim Soares haveria de merecer dos pósteros o justo cognome de "verdadeiro fundador do Ceará".

Rivalidades, alimentadas e estimuladas por uma disparidade chocante de nível cultural dos dois grupos étnicos em presença, fariam, é certo, muitas vezes periclitar a obra social e política que Martim Soares realizou no Ceará, jamais lograriam, porém, destruí-la inteiramente.

VII — A FRANÇA EQUINOCIAL

Malograda a tentativa de colonização que haviam empreendido no Rio de Janeiro, batidos e sucessivamente expulsos de toda a costa leste pelas armas vitoriosas de Portugal, os franceses nem por isso se sentiam obrigados a desistir de suas transações mercantis com os indígenas brasileiros.

No afã de prosseguí-las, eles derivavam agora em número sempre crescente para o Maranhão, terra cujo abandono fora sempre um instante convite á cobiça de estranhos de todas as nacionalidades.

Os lucros estonteantes auferidos pelos que se davam á prática desse comércio ilícito, explicam, por si sós, a tenacidade inquebrantável daquela gente em tentar abrir novas comunicações com os moradores do nosso litoral. Recordemos que o silvícola, autêntica criança para quem a moeda fiduciária dos europeus não tinha qualquer significação, prezava, acima de tudo, os panos de cores vivas, os avelórios brilhantes, os anzóis, os pentes e os espelhinhos e que "por uma foice ou um machado ou por qualquer outra coisa de equivalente valor", estavam os índios prontos a dar tudo que possuíam. "Com algumas peças de pano ordinário, diz o historiador Rocha Pombo, os especuladores faziam carregamentos que na Europa representam uma fortuna".

O conceito é, aliás, perfeitamente fundamentado. Confirmam nos múltiplos e variados documentos entre os quais deve figurar o manifesto da nau La Pelerine, cuja carga, avaliada em cerca de 62.000 ducados, evidencia de modo cabal, o culto dos negócios que realizavam franceses e ameríndios e os proventos havidos por aqueles traficantes. Constituíam-na, com efeito, toros de pau brasil no valor de 40.000 ducados, peles

silvetres, 9.000 ducados, papagaios, 3.600 ducados, bugios e algodões e tudo aquilo fora conseguido, ao que se sabe, com bugigangas de valor insignificante e algumas dúzias de facas a machados.

Tão intenso comércio entre ádvenas e nativos não se fazia ao acaso. Para realizá-lo recoriam aqueles de preferencia á intervenção de indivíduos geralmente conhecidos na história por intérpretes normandos, a quem cabia ganhar os de terra e obter deles os artigos de que careciam no momento.

Eram homens que aceitavam voluntariamente a residência entre selvagens ou por gosto de aventura ou para fugir á miséria da pátria. Homens moços, seivosos e incultos, a quem as cortezias rendidas pelo gentio e a satisfação fácil das necessidades corporais davam a alegria de viver que lhes negava a indigência e a obscuridade no torrão natal e afeiçoavam-nos á nova terra e aos seus habitantes. Lery conhecera alguns que haviam convivido com indígenas oito e nove anos ininterruptos e ao serviço de Montaigne, o claro autor dos "Essais", estivera um que passara dez ou doze anos entre tupinambás (Gomes Carrilho).

Conseguidos os produtos, tornava-se urgente embarcá-los para evitar os perigos das longas permanências em portos brasileiros. A fim de facilitar os carregamentos, erigiam os europeus interessados entrepostos ou feitorias, que eram defendidas por poderosas cercas de pau a pique.

Aí depositavam as mercancias de resgate vindas do Velho Mundo e os produtos recebidos dos indígenas locais.

Aí ficam também agentes encarregados de reunir os géneros indígenas destinados aos mercados europeus. Verdadeiros comissários mercantis dos contrabandistas, eles preparavam, após a partida dos navios piratas para a metrópole, a carga a ser trnsportada na viagem seguinte.

Em pontos da costa, mais propícios ao tráfico, surgiam, de preferência em ilhas, armazéns, casas e mesmo capelas que completavam as precárias instalações dos contrabandistas.

Dizem viajantes do tempo que, em derredor delas, não raro vicejavam plantas úteis do além-mar e eram criados á solta animais domésticos de facil multiplicação.

Casos houve, como em Itamaracá e nas cercanias de cabo Frio, em que os franceses intrusos chegaram a construir fortins de não pequeno poder para a protecção de suas estações de escambo.

Dentre os muitos aventureiros que buscavam insistentemente a orla marinha do nordeste, acaso conservou-se o nome de Jaques Riffault, corsário de alto coturno no género de tantos outros que anonimamente singravam, por essa época, o Atlantico Sul á cata dos produtos nativos da América portuguesa. Dele se sabe que, andando a exercitar as suas actividades pelo nosso litoral, em data ainda não perfeitamente determinada, atraiu a si as boas graças de certo cacique chamado Ovirapive, um dos chefes mais reputados da região que visitava.

Dizem uns que seduzido pelas qualidades pessoais do branco o maioral indígena convidou-o a vir estabelecer-se permanentemente nos domínios tribais de sua gente prometendo ajudá-lo. Outros pensam que ao brasiliense moveu sobretudo o interesse de tê-lo ao seu lado como aliado e fornecedor de certas utilidades que, já então, se tinham tornado indispensáveis á maoiria dos seus compatrícios. De qualquer modo, a ideia era sedutora e Riffault aceitou-a sôfrego, tendo, sem dúvida, em vista as grandes vantagens que, para seu comércio, poderia tirar daquele benefício. Imediatamente regressou á Bretanha, sua terra, para aparelhar-se.

Alí tão bem se houve o nosso homem e tantos foram os que se deixaram por ele embair e arrastar á aventura, que de novo tornou ao Brasil, no ano de 1594, com três embarcações veleiras muito bem providas de gente, munições e mantimentos. Vinha disposto a fixar-se nas plagas brasileiras. Acossada, porém, pelo mau tempo ao alcançar águas sul-americanas e batida por forte tempestade, a flotilha descorreu pela costa, indo dar fundo no gólfão maranhense. De pasagem por aquelas paragens, acidente trivialissimo, a perda ocasional de um dos navios, talvez o capitanea, forçou o comandante a desistir da empresa a que apenas dera início.

Largando na praia vários tripulantes do barco soçobrado, fez-se Riffault de vela para a pátria, dele não havendo mais notícia.

Crê o Padre José de Morais que morreu no mar vítima de sua pirataria. A suposição fácil tem grandes possibilidades de ser verdadeira, tantos eram então os perigos a que estavam expostos os navegadores, mormente quando se davam á flibustaria.

Os que ficaram no Brasil deviam encarregar-se de melhor e mais demoradamente investigar os mistérios da terra e propiciar os índios para uma aliança ofensiva contra os portugueses. Que tiveram êxito em missão de tanta monta, parece averiguado; o mesmo não se pode, porém, dizer que sucedesse quanto á defesa e conservação de suas liberdades individuais em nosso território. Alguns componentes do grupo, quatorze ao todo, foram, confome apurou Rodolfo Garcia, capturados mais tarde por Filiano Coelho quando erravam em zona de sua jurisdição administrativa, e os outros muito provavelmente estariam no número dos franceses caídos em mãos de Pero Coelho e levados prisioneiros para a Paraíba e de lá mandados de presente ao Governador Geral do Brasil.

Dos viajantes exilados no Maranhão um se conhece que teve destino mais afortunado do que seus companheiros. Foi Carlos de Vaux, um nobre de S. Maure, na Turenne, o homem cujos relatos inflamados iriam aguçar a cobiça dos próprios reis cristianíssimos de França. Sua vida passada quase toda no Brasil ligou-se de modo íntimo á proto-história nortista.

Deixando-se ficar na ilha do Maranhão, forçada ou voluntariamente, ele se tornou amigo e companheiro dos nativos de cujas intimidades par-

ticipava e, assim, se fez por inteiro ao ambiente da colónia. Passados oito anos, tendo-se tornado, pelo convívio dos silvícolas, um grande prático da língua e das coisas brasileiras, regressava de Vaux á França. Como tantos outros que voltavam ao Velho Mundo, levava na mente visões mirabolantes. Tinha em mira pugnar pela colonização daquelas terras dadivosas que ele tão bem conhecia e cujas riquezas e magnificências ele e os seus se encarregaram naturalmente de exaltar ante os olhos atentos e maravilhados de seus conterraneos. Levava também o encargo de ser o intérprete dos indígenas junto ao soberano reinante, dando-lhe notícia das boas disposições de animo dos brasilienses e dizer que todos estavam em extremo desejosos de se fazerem cristãos e de receber, no seu meio, um francês de qualidade que os mantivesse e defendesse contra agressões de estranhos.

Enquanto os serões da Velha França eram povoados com as maravilhas da terra nova do Brasil contadas pelos recém-chegados a ouvintes embevecidos, um navio, saído de Concale, a 12 de Janeiro de 1604, para um largo cruzeiro pela América Meridional, lançava ancoras nas proximidades do cabo Caipur, hoje Cassiporé.

Comandava-o Daniel de la Touche, senhor de la Ravardiere, que foi, portanto, o primeiro francês a reconhecer terras brasileiras, do hemisfério norte. Antes dele, conforme apuraram Caetano P. da Silva e Rio Branco, nenhum piloto daquela nacionalidade se aventurara sequer até o braço meridional do Amazonas.

Prosseguindo viagem, la Ravardiére visitou o chamado "país de iapoco" onde teria sido bem recebido pelos naturais e esteve na ilha de Caiena, no litoral da Guiana Francesa. Da GUIANA, velejou para Cumaná, daí voltando ao ponto de partida na Europa. Levava, como testemunho material de suas proezas náuticas, narradas, aliás de modo confuso por Mocquet que, segundo Rio Branco, delas teria participado, apenas um maioral indígena chamado Iapoco; na mente, a refervê-la, vinham, porém, projectos pomposos e temerários em tudo semelhantes aos que já anteriormente haviam povoado o cérebro borbulhante de seu patrício Carlos des Vaux.

Pretendia nada menos que conseguir meios para avassalar aquelas regiões estranhas e quase desertas, transformando-as em próspera possessão gaulesa.

Na Metrópole as ideias imperialistas do aventureiro deviam ser bem acolhidas pois a ocasião era indubitavelmente favorável a tudo que fosse grandioso e atrevido. Governava a França Henrique IV, soberano ousado e perdulário, hábil em rapar os bens de seus súditos e pródigo na distribuição de riquezas que não lhe pertenciam.

Expondo-lhe os seus sonhos, obteve de la Ravardiére, do seu rei, as concessões mais vantajosas e o cargo de "Lieutenant général du Roy

et contrées de l'Amérique, depuis la Raviére de l'Amazones jusque á l'isle de Trinité."

Das funções inerentes a tão altissonante e pomposo título, ele nunca chegaria a desincumbir-se.

Habilitado pela nobreza de sua linhagem e pela prática de viagens de longo curso, recebeu, logo após, a missão de verificar, por conta da coroa, que de verdadeiro havia nas afirmativas audaciosas e otimistas de Carlos des Vaux sobre o Maranhão.

Propenso estava o rei, ao que parece, a conquistar e povoar a terra nordestina, para incorporá-la ao património de sua própria casa senhorial. Não queria, porém, lançar-se imprudentemente numa aventura de tal monta, e por isso julgara útil despachar com destino a seus futuros domínios um observador de confiança.

O que viu e ouviu durante sua permanência de cerca de seis meses no Brasil, encheu, sem dúvida, de entusiasmo e de avidez o delegado régio. Só assim se explica que, tornando á Europa, houvesse desistido de sua antiga concessão nas Guianas "solicitando outras cartas patentes, dessa vez, para ir estabelecer uma colónia ao sul da linha equinocial."

A morte do soberano, pelas mãos de Ravaillac, fez, porém, com que tais favores só lhe fossem concedidos a 10 de Outubro de 1610 e ainda sob a condição expressa de não ocupar sinão 50 léguas para lado do primeiro forte que construisse (C. da Silva).

Como fosse naturalmente de muito vulto as despesas da expedição e outras as influências reinantes na corte, os seus preparativos arrastaram-se morosamente por dois anos a fio e só puderam afinal ser ultimados em 1612, graças ao apoio financeiro da família Rasilly ou Razilli e do rico senhor de Harley.

Gentis-homens das mais remotas províncias de França nela se alistaram, cedendo ao impulso de um espírito aventureiro e á avidez de lucros, ou atraídos pela simples perspectiva de alcançar a liberdade religiosa que lhes era negada na pátria, malgrado a promulgação do édito de Nantes.

Daniel de La Touche, Francisco de Rasilly e Amelles e Nicolau de Harley, senhor de Sancy e barão de Molle e Gros Bois, que eram os dirigentes da temerária empresa e nobres de grande prestígio nos meios palacianos, foram agraciados com títulos e nomeados "tenentes generais do Rei nas Índias do Ocidente e terras do Brasil" pela rainha Maria de Medicis que, como se sabe, substituíra, no coração do rei, a repudiada Margarida de Valois. Governador em nome de Luís XIII, ainda criança, a regente não se pejara de fazer, a exemplo do marido, ás escancaras concessões fora de seus domínios territoriais e intensificar, por essa forma, a já tão acentuada rapacidade de seus súditos.

Como não se tratasse de uma aventura meramente comercial e fosse desejo do senhor de Rasilly que se convertessem ao catolicismo os povos da nova terra, participavam da expedição quatro religiosos capuchinhos.

A pedido do próprio Rasilly, requisitara-os a rainha ao Padre Leonardo, provincial de sua Ordem em Paris. Eram os padres frei Arsenio de Paris, frei Ambrosio de Amiens, frei Cláudio de Abbeville e frei Ivo d'Evreux, os dois últimos historiadores sinceros da "grande aventura gaulesa" em chãos do meio norte.

A rainha, que se limitara a autorizar a empresa e assinara algumas das cartas-patentes entregues aos chefes mais qualificados, honrou-a com a mercê de uma esplendida bandeira na qual, conforme narrativa dos cronistas, se viam, além das armas de França em fundo azul celeste, o emblema de um navio tendo ao timão a efígie da própria doadora encimado pelo mote ambicioso *"Tanti dux femina facti"*.

Nem por ser tão sugestiva tal divisa, que era — "Uma mulher guiando um feito tão grande", correria a viagem isenta de desassossegos e sérios contratempos.

Aparelhada em inícios de 1612 com tudo que então se julgara indispensável a tão longa viagem, a esquadrilha levou meses retida sob ferros, no próprio local do embarque, pelos rigores da estação invernosa e pela necessidade de aguardar a chegada dos expedicionários mais retardios.

"Aí nos vimos forçados a demorar alguns meses para deixar passar o inverno e dar tempo a que se reunissem todos os nossos companheiros e terminasse o preparo das nossas embarcações", escrevia, mais tarde, o Padre CLAUDIO D'ABBEVILLE.

A 19 de Março de 1612, dia do bem-aventurado S. José, saía enfim, de Cancale, após aparatosas cerimónias religiosas a que esteve presente o próprio bispo de S. Malo, entre salvas de tiro e toques de trombetas, uma frota de três embarcações veleiras. As duas maiores, verdadeiras naus de alto bordo, chamavam-se Regente e Charlotte, a outra, um patacho de pequena tonelagem, denominava-se Sainte Anne. Nelas iam aproximadamente cinco centenas de voluntários, muitos dos quais de grande prosápia e valentia.

Logo á partida outra contrariedade sobreveio sob a forma de violenta borrasca que salteou a pequena armada forçando os navios dispersos a buscarem refúgio nos portos de Inglaterra; disso resultou que muitos homens, intimidados ante o espetáculo da fúria dos elementos desencadeados, se retraíssem deixando-se ficar em solo britanico.

Passados dias, apenas refeitos dos agravos da tormenta e todos reunidos já agora em Plymouth, de novo, a 23 de Novembro, a flotilha saia ao mar para a crespa travessia do Atlantico.

Cruzando o oceano na direcção do Brasil, seguiu La Ravardiére com sua gente a rota inaugurada pelas primeiras naus espanholas que vieram para a parte cis-equatorial da América do Sul. Estiveram, depois de transposta a linha, em Fernando de Noronha onde os Padres deram início aos seus labores apostólicos convertendo alguns tapuias desamparados pelos

portugueses naquela ilha deserta e que foram depois tomados a bordo. Daí, pela praia do nordeste, alcançaram sem esforço o Maranhão, a 6 de Agosto de 1612, após estacionar alguns dias em Jeriquaquara, no Ceará.

Semelhante itinerário, que se tornou com o correr do tempo por assim dizer clássico, não era traçado pelo arbítrio dos pilotos que o seguiam, mas condicionado por fortes imperativos geográficos.

A rota citada oferecia ás frotas que demandavam o Brasil, a vantagem de se beneficiarem com a força das correntes marinhas e aéreas. Refere Pompeu que duas correntes marinhas equatoriais e aliseos convergem mais ou menos para o grande saliente sul americano. Ora, diz ele, sem nenhuma dúvida, aquelas correntes impeliam eficientemente os barcos para oeste, e os ventos os arrastavam para o sudoeste, ao norte do Equador, ou para nordeste, ao sul daquela linha. A resultante de tais acções, oriunda da circulação geral dos elementos fluidos ao nível dos mares inter-tropicais no Atlantico, dirigia-se com variações de certa amplitude no curso do ano para o cotovelo do Continente.

De sua estada no Ceará guardaria o Padre Cláudio d'Abbeville as gratas impressões mais tarde registradas nas páginas ingénuas e massudas de sua "História". Na palavra do padre historiador o cabo das Tartarugas, ponto da costa onde a frota francesa ancorou, seria um lugar lindo e agradabilíssimo, nele abundando as frutas e a caça.

E' oportuno consignar que também o senhor Du Prat, vindo da Europa para o Maranhão com uma leva de imigrantes, aí esteve, depois de ter seguido derrota quase idêntica e saltear o fortim de S. Sebastião, plantado por Martim Soares junto ao rio Ceará.

Na baía do Maranhão, cuja barra foi transposta a 24 de Junho, fundearam os franceses próximo á ilhota deserta de Upaonmeri, chamada depois Santana por indicação do próprio senhor de Rasilly, que assim prestava uma homenagem á santa venerada pelos católicos no dia em que a expedição ali havia lançado ferros. Poucos dias depois, naquela mesma ilha, iriam os Padres realizar as cerimônias litúrgicas próprias á solenização do histórico acontecimento e espalhar as bênçãos de Deus e da igreja sobre a terra virgem. Nela plantaram também a primeira cruz de Cristo que viram aquelas paragens alçada por braço francês.

No mesmo ancoradouro encontravam-se dois barcos de Dieppe com seus tripulantes entregues á faina costumeira de negociar. Recebidos cordialmente por seus compatrícios e pelos indígenas que eram então numerosíssimos em todas as ilhas e praias do recôncavo maranhense, decidiram os chefes da conduta mandar emissários com presentes aos seus maiorais a comunicar-lhes os bons propósitos que traziam. Para a missão de avistar-se com esses índios foi naturalmente escolhido Carlos des Vaux, copartícipe da expedição e velho amigo da gente da terra e que devia obter deles a necessária aquiescência para fundarem uma colônia na principal ilha da baía. Senhoreada, exclusivamente por tupinambás, aí vivia, segundo os

cálculos do Padre Cláudio d'Abbeville, uma enorme população de cerca de doze mil indígenas dessa nação, divididos em nada menos de 27 aldeias de todos os tamanhos.

Em Tapuitapera, do outro lado da baía, havia mais de 10 aldeias e em Cumã, onze. O número delas crescia prodigiosamente á medida que se caminhava em direcção ao Pará e era, por isso, absolutamente necessário propiciá-los por meio de promessas e dádivas.

Voltando des Vaux ao Capitanea com a notícia de que seus esforços diplomáticos haviam logrado êxito, apressaram-se os francêses a desembarcar na ilha de S. Luís, onde veio recebê-los, honrado-os com bulhentas e aparatosas festas realizadas á moda da pátria, um corsário patrício chamado Dumanoir que ali se aposentara temporariamente.

Nos primeiros dias, acamparam todos á sombra das árvores formadoras do manto vegetal que revestia as encostas da ilha. Motivos estratégicos facilmente explicáveis levaram-nos, porém, cêdo a constituir, numa eminência próxima da praia, no local onde, na opinião de João Francisco Lisboa, hoje assenta o palácio do governador do Maranhão, um forte que foi guarnecido com 23 peças de artilharia de grosso calibre. A essa fortificação permanente iriam os colonos acrescentar três novas obras de defesa fixa, uma das quais veio a chamar-se forte de S. José de Itapari. Das outras perderam-se os nomes.

Sob a eficiente protecção dos pesados engenhos de guerra do primeiro forte, ergueram-se o armazém destinado á guarda das mercadorias trazidas da Europa e, um pouco para o interior, a casa provisória dos missionários, modesta habitação coberta de palhas e erigida sob a invocação de S. Francisco.

Em atenção ao rei de França, deram ao reduto e á vila recém-fundados o nome de S. Luís, apelativo que haveria de prevalecer para toda a ilha.

Com isso, concretizavam-se, por fim, os anelos daqueles audazes pioneiros: estava finalmente lançada a semente promissora da França Equinocial.

Rasilly breve retornaria á Europa deixando em seu lugar o irmão, Cláudio de Rasilly, senhor de Launay. Seguia com ele o Padre Claudio d'Abbeville, o cronista mor da empresa, que, em sua companhia, levava "seis Tupinambás não baptizados para dar, diz-nos Southey, aos parisienses o edificante espetáculo de cristianização de selvagens brasileiros".

Ia o fidalgo em busca de novos recursos em homens e materiais. Esquecidos dos limitados direitos que haviam sido outorgados pelo rei ao senhor de la Ravardiére para a exploração das terras do Novo Continente, os consócios pretendiam alargar indevidamente a nova colónia e por isso precisavam de auxílio.

Entrementes, a feitoria nortista, dirigida por chefes prudentes e enérgicos que procuravam alicerçar o seu progresso na simpatia e na colaboração voluntária do brasilíndio, entrou a prosperar. Recebendo novas levas de

imigrantes e se lhe agregando, com o correr dos dias, copia de índios domésticos, o povoado francês cêdo adquiria aspecto de próspera vila pioneira.

O senhor de la Ravardiere, sobretudo, era o factor da feliz transformação. Tendo nítida compreensão dos problemas étnicos e sociais que, como chefe, se lhe defrontavam alí, sabia encará-los a contento de todos.

Incentivando o labor de brancos e silvícolas, fazendo triunfar entre eles uma boa política de aproximação e de mútuo entendimento, conseguiu para os franceses o respeito e a cooperação do aborígene, e para estes as considerações de que eram merecedores.

Zelador intransigente dos bons costumes, publicou normas rigorosas regulando a conduta dos seus patrícios e fez cominar punições severas aos transgressores da moral pública. Eram castigados com a pena capital os que atentassem contra o pudor das índias, assim casadas como solteiras. Outra medida de grande alcance foi o cuidado que deu á catequese apesar de sua condição de calvinista. Dessa campanha benemérita encarregaram-se os capuchinhos cujo número chegou a elevar-se a doze. Livre dos atritos raciais que tão amiúde entenebreciam o ambiente social dos agregados luso-brasileiros, e isento igualmente, malgrado a caótica mistura de católicos e protestantes que ali viviam, das discórdias sectárias que haviam posto entraves ao desenvolvimento da França Antártica, a colónia nortista parecia fadada a implantar a civilização gaulesa nas terras do meio-norte e a desenvolver, pelo trabalho, os infindos recursos materiais da região.

Tão seguros se julgavam os franceses na posse do Maranhão que o Padre Cláudio d'Abbeville, intérprete do pensamento de seus patrícios, chegou a escrever cheio de fatuidade: "C'est donc maiserie de penser que l'on puisse desloger les Français de ce lieu lorsqu'ils y seront bien établies; & le vouloir faire croire, entre que c'est trop ramaller leur Courage. & faire trop peu d'estime de leur Valeur & Generosité si ce n'est une pure malice, n'est-ce pas temerité? & que l'on parle comme les aveugle de couleurs".

Todavia os nossos estavam vigilantes. Como bem disse Theodoro Braga, "lenta mas inexoravelmente avançava para o norte a muralha inderrocavel da gente portuguesa".

VIII — A CONQUISTA DA COSTA LESTE-OESTE

D. Diogo de Meneses, o que seria mais tarde o primeiro conde de Ericeira, terminou seu governo em 1612. Afim de continuar-lhe a política de dominação progressiva da costa norte, política seguida, conforme se sabe, desde a gestão de Manuel Tales Barreto e que Meneses levara por diante com tanta facilidade, chegava ao Brasil Gaspar de Sousa, em 1613.

A missão precípua do novo administrador era, pois, dirigir e incentivar o esforço comum na luta contra os flibusteiros e contrabandistas que rondavam o Maranhão, fato esse claramente dedutível do exame de sua correspondência epistolar com a metrópole.

Tendo em vista o feliz êxito do árduo cometimento de que fora encarregado o seu representante no Brasil, a corte julgara de bom alvitre determinar-lhe que transferisse residência para Olinda, que se viu, por essa forma, transformada, mais uma vez, em sede temporária da administração colonial.

Cumprida a ordem superior, estabelecido seu quartel-general na vila pernambucana, decidiu Gaspar de Sousa, como medida ambular do plano de ação que ideara, erigir, próximo ao principal centro de actividades mercantis do inimigo, um reduto que servisse de base para futuras operações de guerra a serem levadas a efeito contra aqueles intrusos. Embora perdido entre dunas e de caráter estritamente militar, seria o fortim ali plantado, ao mesmo tempo, um novo núcleo irradiador da civilização lusitana entre cabildas indígenas que pervagassem praias do Meio-Norte.

Para executor da tarefa foi escolhido Jerónimo de Albuquerque, sobrinho de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, e sertanista dos mais experimentados, em cujas veias corria, transfundido pela mãe, o heróico sangue caboclo.

Dera-lhe o encargo o governador não porque minguassem na colónia homens de sua têmpera mas porque sua ascendência brasílica, a grande cópia do conhecimento que adquirira no convívio dos indígenas e a larga e segura experiência do meio brasileiro, faziam-no, mais do que nenhum outro, capaz de triunfar dos óbices inerentes á empresa.

Southey, sempre bem informado sobre as coisas do nosso passado, pretende que a incumbência fora cometida ao nordestino insigne "por ter viajado muito pelos sertões de Pernambuco, ser versado na língua tupi e gozar, entre tribos do norte, dos foros de grande protector e amigo da raça índia".

João Francisco Lisboa, outro grande conhecedor da história regional nortista, não é menos categórico no tocante aos dotes de sertanistas do valente mameluco, pois afirma ser ele muito prático e experimentado nas coisas da terra e dos seus habitantes nativos e "grande *truxamente* ou língua entre êles, de quem era muito benquisto como seu benfeitor e amigo".

Nomeado, com o título de capitão-mor da conquista, e tendo-se convenientemente aparelhado, saiu Albuquerque, de Olinda, a caminho do meio- norte, com uma pequena frota de quatro barcos e cem homens de guerra, em Junho de 1613.

Depois de velejar águas da Paraíba e do Rio Grande do Norte, esteve com sua armada em Mucuripe, donde alcançou finalmente Camucim, o local designado pelo governador geral para ser nele assentado o fortim

pioneiro. Malgrado as ordens expressas contidas no regimento que trazia, ai não se demorou, porém, por muito tempo o chefe dos expedicionários.

Segundo se lê na "Jornada do Maranhão", naquele ponto da costa cearense ele permaneceu apenas o tempo necessário para inteirar-se das más condições sanitárias reinantes pela redondezas e mandar Martim Soares Moreno, que então se achava em sua companhia, reconhecer o litoral até o gólfão maranhense. Esta providência, aliás de antemão determinada pelo governador geral, seria das mais profícuas e teria, como se verá, acentuada repercussão no desenrolar dos acontecimentos históricos de que foi o principal cenário o meio-norte brasileiro.

O rude ambiente natural e a carência quase absoluta do líquido indispensável á vida que havia em Camucim, fizeram-no retroceder para Jeriquaquara, que é também chamada baia das Tartarugas e fica situada a oito léguas aquém para o nascente.

No ponto mencionado a praia inflectia-se em curva graciosa de 2 a 3 milhas, formando uma enseada bastante ampla e profunda onde podiam ancorar, com relativa segurança, mesmo as maiores embarcações da época.

Dominando o fundeadouro, projecta-se para o mar a dupla ponta das Tartarugas, proeminência de cujos cumes o olhar do observador varre facilmente a superfície da águas e das terras por muitas milhas em tôrno. São as pontas maiores e mais salientes do Ceará.

Nas praias que medeiam entre ambas, plantou o comandante o seu acampamento, erigindo depois, em óptima posição estratégica, uma estacada de pau a pique que batizou, como era de uso então fazer-se, com o nome de um santo. Chamou-a de fortim de Nossa Senhora do Rosário.

Com essa realização estava integralmente cumprida por Jerónimo de Albuquerque a incumbência que recebera da alta administração pública; ele podia agora voltar a Pernambuco. O capitão-mor deixou-se, porém, ficar no local por muitos dias ainda. Aguardava a volta de Martim Soares Moreno que, de torna-viagem de S. Luís, com as informações que fora colher sobre os franceses, devia procurá-lo alí.

Não havendo mais notícia de seu enviado e cansando-se, por fim, de esperá-lo, resignou-se o capitão a regressar á sua casa em Pernambuco, depois de presidiar com 40 soldados o fortim que erigira e nomear por seu comandante ao sobrinho e xará, adolescente cheio de valor e afoiteza.

Já então haviam passado em grande parte os entusiasmos do governador pelas coisas do norte e tudo que lhe dizia respeito ia aos poucos caíndo no olvido.

Jerónimo de Albuquerque que, ao aportar a Olinda, talvez esperasse receber uma missão ainda de maior relevo, teve, em virtude da pouca valia em que foi estimada a sua actuação naquela empresa, de se recolher á obscuridade.

Partindo, dias depois, o governador geral da Bahia, a indiscupável negligência das autoridades pernambucanas fez com que o presídio cea-

rense ficasse durante três meses sem ser abastecido e a sofrer, por isso mesmo, a falta das coisas mais necessárias.

Não era apenas a incúria dos dirigentes que ameaçava anular a obra de expansão cultural luso-brasileira.

Naturais e inevitáveis atritos, cedo surgidos entre a soldadesca e os filhos da região, agravando perigosamente o estado de insegurança e de penúria crónica em que vivia a tropa do reduto de Nossa Senhora do Rosário, levaram, mais de uma vez, ás portas da ruína aquele solitário marco da civilização lusitana. Cortadas as comunicações do forte com as terras circunvizinhas, em virtude dessas mesmas rivalidades luso-indígenas, entravam a rarear de maneira assustadora os poucos géneros alimentícios de que a tropa se provia por intermédio de alguns silvícolas amigos das redondezas.

Inteiramente insulados pelos seus contrários e sem outros meios de reabastecimento, o punhado de milicianos ali destacado conheceu padecimentos físicos e morais os mais agros. A premente necessidade de alimentos e a penúria extrema a que se encontravam reduzidos, chegaram mesmo a obrigá-los a viver de ervas bravas durante semanas seguidas. Isso, aliás, não era uma novidade para os homens que então ousaram arrostar as agrestes e ignotas paragens do Nordeste oriental, mas concorria poderosamente para quebrantar-lhes o anomo e fazê-los pensar na deserção como única medida salvadora.

Como se tais vicissitudes não bastassem, a elas veio juntar-se o receio de serem todos vitimas dos traiçoeiros ataques dos nativos que, perfeitamente inteirados da difícil situação dos brancos, passaram á ofensiva, diligenciando por surpreender o fortim, para trucidá-los.

A mais importante das tentativas feitas no sentido de render o presídio de N. S. do Rosário ocorreu em princípios de 1614. Levada a efeito por cerca de 300 nativos, ela baldou-se por completo, sendo os atacantes repelidos com muitas baixas; isso, todavia, não impediu que a situação se tornasse dia a dia mais triste para os nossos.

Tão graves aperturas só foram remediadas muito mais tarde graças á chegada de um caravelão com algum mantimento e 30 homens de reforço sob as ordens de Manuel de Sousa D'Eça, açoriano que até então exercera em Pernambuco as pacíficas funções de provedor de defundos e ausentes.

Inteirado do que se passava no Ceará, Gaspar de Sousa decidira dar ordens para que de Pernambuco se despachassem aqueles socorros que, enviados de Olinda a 28 de Maio de 1614, alcançaram a baía das Tartarugas no dia 9 de Junho seguinte.

Os recém-vindos não deviam permanecer por muito tempo inactivos. As praias do Nordeste pareciam, naquele momento, fadadas a servir de cenário a continuados triunfos bélicos dos luso-brasileiros.

Apenas nove dias depois de se acharem eles aquartelados, foi o

bastião de Jeriquaquara novamente acometido, dessa vez por tripulantes da nau francesa do senhor Du Prat, a mesma que, dia antes, estivera em Mucuripe e assaltara sem resultado o forte de S. Sebastião.

A peleja que, por esse motivo, se feriu entre corsários e portuguêses, foi rápida embora bastante cruenta. Tendo os recém-vindos posto em terra 60 marinheiros para investir contra as nossas posições, sai em campo, a fazer-lhes frente, um troço de apenas 18 soldados, encabeçados por Jerónimo Fragoso de Albuquerque e Sousa D'Eça, que acabara de assumir o comando da praça e que se mostrou, desde logo, chefe militar consumado. Por ele conduzidos hábil e eficientemente ao combate, os portugueses derrotam e rechaçam com relativa facilidade os seus adversários, matando-lhes dois homens, ferindo oito e obrigando os restantes a voltarem precípites para seus barcos.

Segundo versão consignada em documentos de origem hispano-portuguesa, que nos restam, doze franceses perceceram no encontro, tendo havido cerca de 30 feridos da mesma nacionalidade. Neles não consta a perda de nenhum dos sitiados.

Desiludidos de suas pretensões conquistadoras pelo duro e inesperado revés que conheceram, seguiram os vencidos directamente para São Luís, seu porto de destino.

O belo feito darmas de Sousa D'Eça lhe valeu o ser, posteriormente, escolhido por Jerónimo de Albuquerque para dirigir a vanguarda das tropas que arrostariam as forças francesas sediadas no Maranhão.

Nesse entretempo, os ingentes e reiterados apelos partidos da colónia pareciam haver afinal encontrado ressonancia na Península, movendo o governo da Metrópole a olhar com maior interesse o problema de nossa defesa territorial.

Alertado o rei pelos vagos rumores, correntes em Lisboa e Madrid, de que a Holanda apresentava uma frota para saltear a costa brasileira, determinara que, sem delongas, partisse do reino uma expedição militar de larga envergadura com o duplo objectivo de bater aqueles intrusos e iniciar a colonização definitiva da terra maranhense.

O sargento mor Diogo de Campos Moreno, que se achava em Espanha para requerer a paga dos serviços que prestara, foi, desde logo, convidado a cooperar no referido empreendimento com o título de comandante.

Para movê-lo á arriscada aventura, estimulou-o o governo, outrossim, com a promessa de boa remuneração pecuniária, de 400 soldados e de copioso material de guerra e de boca. Desesperançado de receber do tesouro real a recompensa a que se julgava com direito, resignou-se Diogo de Campos a aceitar os novos encargos oferecidos a título talvês de galhardão. Ao preparar-se porém para deixar Lisboa, verificou que, ainda dessa vez, á linguagem oficial não correspondiam actos consequentes e que tudo não passara de burla. Da gente prometida só a oitava parte, ou sejam 50 homens, havia sido posta á sua disposição, o que era,

evidentemente, bem fraca e desaparelhada força para levar a termo empreitada nas proporções da que tinha em mira o governo realizar. Mesmo assim, fez-se de velas e, ao chegar á Olinda, em Maio de 1614, foi, segundo insinua o próprio viajante em seus escritos, acolhido entre festas pelo povo.

Na vila pernambucana já encontrou em pleno andamento os preparativos de uma nova expedição ás terras nortistas e que iam sendo organizados com os precários recursos de que dispunha a colónia.

Para a direcção suprema da mesma fora reconduzido Jerónimo de Albuquerque que, novamente integrado na confiança do governador geral, teria, por essa época, 66 anos bem contados. Como da primeira vez, fiava-se a autoridade reinol exclusivamente nos esforços e no prestigio pessoal do velho pernambucano, certo de que ele seria capaz de arrastar á guerra toda a gentilidade amiga de que careciam, sem grandes despesas para a fazenda do rei.

Tudo concertado, partiu Jerónimo de Albuquerque novamente do porto de Olinda, a 25 de Junho de 1614, para o Rio Grande do Norte. Confiado nos próprios méritos e na ascendência que julgava possuir sobre os nordestinos, ia aliciar gente e obter dinheiro para fazer face ás despesas gerais da campanha.

Do reino chegavam repetidas ordens para que o governador procedesse com a presteza e eficiência no apronto da expedição destinada a conquistar o Maranhão, mas a Junta da Fazenda agindo, também, de acordo com as expressas determinações régias que mandavam empregar toda a renda da colónia na compra do pau-brasil, cerceara-lhe os créditos e fora mister fazer um apelo direto ao povo e estimular o voluntariado para o prosseguimento do patriótico tentame.

Ainda uma vez a indefectivel luta entre os diferentes sectores burocráticos vinha entravar a marcha dos negócios públicos e, portanto, malferir os interesses do próprio Estado.

Narra-se, a respeito da passagem de Jerónimo de Albuquerque pela Paraíba, aonde fora no desempenho de seus encargos de aliciador de homens, que, desejando obter a colaboração dos nativos da capitania, ele recorreu a certo estratagema que, não obstante hoje nos parecer absolutamente pueril, bastava a empolgar a alma primeva daquela gente. Tendo convocado os índios a uma reunião, pôs de um lado, no pátio da aldeia, feixes de arcos e flechas, do outro, certo número de rocas e fusos. Mostrando-lhes ambos os grupos de objectos, disse: "Sobrinhos, eu vou á guerra, aquelas são as armas dos homens esforçados e valentes que me hão de seguir, e estes, os petrechos das mulheres fracas que hão de ficar em casa fiando; agora, quero ver quem é homem e quem é mulher".

As palavras do ancião teriam provocado na alma simples do nativo a reacção visada. Apenas morreram os últimos écos da solerte arenga,

logo começaram todos os presentes a empunhar os arcos e as flechas dizendo que eram homens e que partissem logo para a guerra. (34)

E' possivel que tão ardiloso plano tenha sido posto em prática: a verdade é, porém, que os resultados dele colhidos foram bem medíocres, pois está averiguado que poucos silvícolas paraibanos se deixaram enlear, seguindo-o ao Rio Grande do Norte.

Enquanto Jerónimo de Albuquerque diligenciava por convencer os filhos do Nordeste a acompanhá-lo á guerra, chegava Martim Soares Moreno a Portugal.

Tendo cumprido com grande felicidade a missão de reconhecer as posições francesas, desgarrara e fora levado pelo mau tempo ás Antilhas, de onde passara ao reino com a nova de que os inimigos estavam fortemente estabelecidos nas ilhas do gólfão maranhense. Ali viviam, conforme pudera ele próprio averiguar, não em precárias e dispersas feitorias de escambo, como era voz geral, mas reunidos em próspera e bem provida colónia, criada com a clara intenção de alcançar o predomínio definitivo de toda a região nordestina.

Conhecida na Peninsula a verdadeira situação do Meio-Norte, tomou-se de novos sustos a corte de Madrid já sobremaneira alarmada, segundo temos esclarecido, com as notícias que corriam a respeito de actividades guerreiras desenvolvidas pelos batavos em águas sul-americanas. Diante de tão inquietadoras perspectivas e vendo diretamente feridos os seus interesses coloniais, era natural que o governo resolvesse, por fim, a agir de maneira enérgica. Tal, porém, não sucedeu. Outras preocupações o assoberbavam e, assim, se limitou a determinar, mais uma vez, aos seus representantes transatlanticos que intentassem a imediata expulsão dos intrusos. Despresando as sábias advertências de Martim Soares e sem curar de que a colonização francesa ia já em adiantamento no Meio-Norte, fingiu olvidar que as autoridades daquém-mar continuavam a não dispor de meios materiais para organizar, de pronto, uma reacção que surtisse efeito, e nenhuma tropa de reforço lhes remeteu.

Não menos desassossegados do que a gente da metrópole ficaram os nossos ao serem inteirados, tempo mais tarde, da subjugação de S. Luís. Estes souberam do facto pelas informações trazidas de Lisboa não só pelo piloto Sebastião Martins, antigo companheiro de aventuras de Martim Soares, e por este enviado de torna-viagem ao Brasil com a incumbência de esclarecer o povo a respeito da gravidade do momento, mas também pelo próprio emissário, mandado com as determinações do rei (35), para que prosseguisse na conquista da costa leste-oeste.

(34) F. T. D. História do Brasil.

(35) Tudo parece indicar que foi através da palavra desses dois homens que se ficou sabendo na colónia, pela primeira vez, a situação real das coisas do Maranhão.

Longos foram os dias de pânico e de expectativa que viveu a colónia depois de divulgadas as notícias. Considerando toda a região nortista, então dominada pelo estrangeiro, legítimo património português, seja pelo direito de propriedade na exploração e conquista, seja em virtude das bulas pontifícias que haviam adjudicado a seus maiores aquele trecho da América, temiam, com justa razão, os luso-brasileiros se verem dela esbulhados por quem não possuía outras credenciais que a tenacidade inquebrantável e esplêndida bravura. E não era só. A intrusão de estrangeiros em solo brasílico constituía uma ofensa ao brio dos colonos a quem aquecia, já por essa época, o coração e o cérebro a acalentadora esperança de um ressurgimento político para a terra natal. Ainda jacente sob o cetro dos Filipes de Espanha, Portugal sofria, como se sabe, o opróbrio que lhes fora imposto pelos azares de uma simples sucessão dinástica, opróbrio que duraria sessenta anos a eito.

Soberbamente apegados aos soberanos interesses da pátria distante e sem nunca perderem a confiança no ressurgimento da nacionalidade portuguesa, os lusitanos do Brasil não podiam aceitar como facto consumado a passagem de seu património territorial a mãos estranhas. Também eles sentiam, pois, a necessidade de expulsar os franceses e integrar efetiva e definitivamente no Brasil toda a costa até o gólfão amazónico.

A identidade de opinião e de propósitos de governantes e governados no tocante á importante questão, era, pois, perfeita e isso resultava sobremodo útil porquanto o que então pretendiam realizar não era empresa fácil.

Já agora não se tratava de acometer silvícolas alarves e expulsá-los de suas terras, operação bélica na qual as melhores armas e a tática mais hábil do homem da península pirenaica asseguraram sempre decidida superioridade sobre os opositores.

Ao colonizador português se antolhava no momento não uma simples expedição punitiva, nos moldes das que realizavam habitualmente, mas uma campanha de grande envergadura contra adversários que dispunham também de soldados de profissão, muitos dos quais adestrados nas lutas religiosas que ensanguentavam o mundo Ocidental. Senhores dos recursos e segredos da arte da guerra tão bem quanto os seus contrários, tinham os franceses ademais a vantagem de conhecer perfeitamente a região onde iam ser atacados e contar nela aliados prestadios e numerosos.

Além de todas as razões sentimentais havia, outrossim, a estimular o zelo patriótico da gente portuguesa do aquém-mar os termos ainda vigentes da C. R. de 8 de Outubro de 1612, oferecendo mercês e honrarias aos que saíssem a servir na conquista e descobrimento do rio Maranhão.

Nessas horas de susto e ansiedade, dando prova de abnegação e louvável patriotismo, mas também de muito açodamento, numerosos colonos se ofereceram a servir como voluntários nas forças armadas, custeando eles próprios as suas despesas, enquanto oficiais de patente aceitavam

postos de comando de companhias, com o soldo e ração de simples soldado. Gregório Fragoso de Albuquerque, sobrinho do capitão-mor, foi quem teve primeiro esse nobilitante gesto, no que, aliás, foi imitado por numerosos companheiros de armas.

O espirito de desprendimento que, em tão grave momento de aperturas financeiras para a administração pública, empolgou a gente da colónia, permitiu que Gaspar de Sousa equipasse, mesmo em Pernambuco, fazendo-o embarcar para o Rio Grande do Norte, mais um troço de 30 homens — 100, diz o jornal de Timon. — Entregues á autoridade do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, essas praças deviam reunir-se ás forças alí estacionadas, completando-as.

Diogo de Campos que, na opinião um tanto parcial do historiador Rocha Pombo, era "o homem mais notável e de mais alto valor entre quantos então se destacavam na administração colonial, e nas guerras de conquista" e que, segundo sua própria afirmativa, viera do reino nomeado comandante em chefe das forças expedicionárias contra os franceses, seguia provido no cargo de adjunto ou imediato de Jerónimo de Albuquerque, com quem, aliás, deveria resolver de comum acordo todos os problemas que se apresentassem no decorrer da guerra.

O governador geral ao invés de assumir a responsabilidade de designar um chefe único para a suprema direcção da campanha, preferiu, conforme esclarece João Francisco Lisboa, contemporizar. Confirmou a "nomeação de Jerónimo de Albuquerque, dando-lhe por colega e colateral a Diogo de Campos com autoridade quase igual á sua, pois se as ordens se haviam de cumprir em nome do capitão mor, ficou, todavia, assentado que cousa alguma se dispusesse sem o voto de ambos".

Tal dualidade de comando seria, sob todos os pontos de vista inconveniente, dado o profundo antagonismo de temperamento e de princípios que estremavam os dois chefes. A divergência de ambos na maneira de orientar a guerra levaria a expedição, mais de uma vez, ás portas da ruína.

Vencidos todos os contratempos, graças ás actividades desenvolvidas pelos dois chefes, a expedição zarpou finalmente do Rio Grande do Norte para o seu destino, no dia 5 de setembro de 1614.

Constava de dois galeões, ou navios redondos, uma caravela e cinco caravelões, conduzindo cerca de 300 soldados, entre milicianos e voluntários, e dois missionários.

Nela tomavam parte 234 guerreiros nativos ás ordens de 12 caciques portadores de nomes estrambóticos, e também muitas mulheres e crianças, verdadeiro peso morto que invariavelmente se agregava a toda empresa de que participassem indígenas brasileiros.

Essa tropa, além de muito pouco numerosa, marchava para a luta miseravelmente desprovida de tudo. Diz o autor da "Jornada" que ia "sem vinho, azeite, medicamentos, médico nem cirurgião barbeiro". Levava,

contudo, acrescenta o mesmo, bons socorros espirituais. "Dous capuchinhos de Santo Antônio haviam oferecido voluntários os seus serviços: o Pe. Fr. Manuel de Piedade, brasileiro de nascimento, de família nobre, versado na língua tupi".

Nenhuma ajuda receberam do governador estes missionários, o que bem mostra qual seria a penúria do tesouro.

Foram os citados religiosos que, sabedores das grandes esperanças por todos depositadas na expedição e lhe conhecendo as falhas e deficiências, a chamaram, com muita propriedade, "a jornada milagrosa", nome pelo qual é conhecida nos anais históricos nortistas.

Tão mal aparelhada foi, com efeito, essa campanha e tantos erros se cometeram ao realizá-la que só um milagre da providência divina explicaria o êxito retumbante por ela alcançado.

Caminhando por mar e por terra, toda a conduta alcançou o forte do Ceará, onde se lhe agregaram Manuel de Brito Freire, comandante do forte de S. Sebastião, e alguns dos melhores elementos da guarnição Estes foram em parte substituídos pelos expedicionários que, por qualquer motivo, estavam impossibilitados de prosseguir a viagem. A tropa cearense aguardava havia 14 meses a passagem da expedição a que se devia agregar, conforme determinara o governador geral.

As paradas seguintes foram feitas na baía de Paramirim ou Parazinho e depois em Jeriquaquara. Julgando, sem dúvida, inútil, em tão grave momento, distrair gente para manter aquele ponto do território cearense, desamparou-o o comandante, dando ordem para incendiar o reduto de N. S. do Rosário. Arrebanhado todo o presídio, passou adiante sem cuidar que deixara ao abandono um imenso trecho do costão leste-oeste, que assim o tornava vulnerável a novas arremetidas francesas.

Aos inumeráveis desacertos que se vinham acumulando no decorrer dessa empresa militar, somava-se, pois, mais o de desguarnecer a retaguarda de uma tropa em marcha para um objectivo distante.

Na ansia de avançar, os dirigentes esqueciam a possibilidade de se verem por qualquer contrariedade forçados a retroceder.

Sempre costeando penosamente, prosseguiu a armada a sua rota ao longo do litoral piauiense, guiada apenas pela natural perícia do piloto Sebastião Martim que por ali singrara um ano antes em companhia de Martim Soares. Com dois dias de viagem as embarcações atingiram o rio Periá ou Preá, indo fundear a três léguas da foz. Saltando em terra, mandou Jerónimo de Albuquerque assentar acampamento e tomou posse da região em nome do rei.

Contra as espectativas gerais, ali nada se conseguiu do ponto de vista da tomada de contacto com o adversário. Não se divisaram sinais da presença dos franceses nem foi possivel colher, pelas cercanias, quaisquer informações a respeito. Baldada a diligente actividade dos batedores, resolveram os chefes, em conselho, que por mar se fizesse um reconhe-

cimento de maior amplitude, missão que coube a um militar de carreira, o capitão Belchior Rangel, natural do Rio de Janeiro. Muito versado em línguas indígenas, ele era, portanto, perfeitamente indicado para levar a bom termo tal encargo. Acompanharam-no 12 soldados e 2 pilotos, um dos quais Sebastião Martins, já muito nosso conhecido.

Assegura Afranio Peixoto, manifestamente equivocado, que o alferes Pedro Teixeira, o que depois foi a Quito subindo o Amazonas, e Antônio Teixeira, então soldado e que será capitão mor contra os holandeses, eram do número (36).

O barco de Belchior Rangel regressou, passados quatro dias, sem nada ter também logrado apurar no tocante á localização do inimigo. No reconhecimento não avistara nem navios piratas nem feitorias francesas.

Trazia, porém, a notícia alvissareira de existir, algumas léguas além, para o poente, defronte mesmo da ilha grande de S. Luís, um sítio excelente de águas abundantes e solo fértil onde a tropa poderia estacionar em melhores condições.

Balanceada a situação, ordenou Jerónimo de Albuquerque que, sem mais delongas, se levantasse acampamento e se fizesse de velas para mais perto do local onde estacionava o inimigo.

A tropa dava claros sinais de impaciência e se mostrava desejosa de deixar aquele acampamento onde, pelas péssimas condições mesológicas, tinha vivido horas bastante dramáticas e os chefes se viam, assim, obrigados a ceder á pressão de seus comandados, ordenando a marcha sobre S. Luís.

Semelhante resolução constituía, porém, uma temeridade flagrante, além de grave infração ás ordens do Governador Geral, que taxativamente estabelecera, no termo do regimento entregue a Jerónimo de Albuquerque, a obrigatoriedade de não passarem além do Periá. No citado ponto da costa ele devia fortificar-se, aguardando novos suprimentos. Numa empresa como aquela em que, de certa forma, se jogava o bom nome português, ele julgara conveniente que os chefes da expedição agissem com prudência, limitando inicialmente o campo de suas actividades ao território compreendido entre o Parnaíba e o Periá.

A precipitação de que deram mostra talvês se explique, em última análise, pelo desejo que a todos animava de liquidar a campanha em pouco tempo ou morrer combatendo. Quereriam, por esta forma, fugir aos sofrimentos que os assoberbavam desde os primeiros dias da partida.

Era o heroísmo do desespero.

De velas novamente, atravessaram os barcos com inaudita fortuna

(36) O engano é evidente, pois ambos esses militares fizeram parte da força que, sob o comando de Castelo Branco, chegou mais tarde ao teatro da luta.

todo o dédalo de ilhas que pontilham a baía de S. José, indo desembarcar os expedicionários em Guaxenduba, perto da foz do Monim.

Refere João Francisco Lisboa ter sido esse o trecho mais difícil e perigoso da travessia. "Os navios de velhos e ajoujados com a carga, não eram, diz ele, assaz possantes para arrostar os vagalhões, e evitavam por isso de fazer-se ao mar, que andava encapelado e revolto; mas, quando se coziam com a terra, a coberto, e por entre uma infinidade de ilhas (a que por serem tantas, e o dia das onze mil virgens, puseram este nome) ora batiam em bancos e coroas de area, ora galgavam no lodo. Sucedeu uma vez que, baixando a maré, ficassem todos encalhados em uma coroa, a prumo sobre as quilhas, e sem cairem a banda, sendo a arcia tão enxuta, que muitos saltaram, e se andaram desenfadando e passando de uns para outros navios, e outra, atolados no lamarão iam resvalando a todo pano, podendo dizer-se que navegavam por terra mais de seiscentas braças. Houve ocasião em que um dos navios esteve a ponto de ser abandonado e, para safá-lo, foi mister despejá-lo, com rude trabalho, de toda artilharia e carga, e não poucas, para poderem caminhar através daqueles estreitos canais, se atoavam ás árvores das ilhas.

"Neste angustioso transe se dispersaram de vista umas poucas de vezes; mas reunindo-se todos na ilha de Santa Ana, depois de quatro dias de viagem, a 26 de Outubro pelas dez horas da manhã, deram fundo em frente do sitio demandado de Guaxenduba".

E para não fugir á regra comum dos tempos, estava toda a tropa em péssimas condições físicas e morais. Mal vestida, mal dormida e sem alimentos. "A uxaria de bordo estava desfalcada e quase sem víveres" — esclarece um autor bem informado.

O local escolhido para o novo acampamento, distante poucas léguas do inimigo, colocava os luso-brasileiros sob constante ameaça de ataque.

Semelhante situação de insegurança levou os nossos a se fazerem fortes numa eminência próxima; no lugar que alguns crêem seja hoje conhecido por Vila Velha do Icatu. No citado local fez Jerónimo de Albuquerque erigir, pelo engenheiro mor Francisco de Faria, segundo as regras em uso, um reduto de forma hexagonal a que chamaram forte de Santa Maria ou Natividade e que cedo haveria de experimentar a capacidade ofensiva do inimigo aguerrido.

Debaixo de seus muros feriu-se, com efeito, no dia 19 de Novembro de 1614, o memorável combate de Guaxenduba, cabendo aos portugueses, malgrado a acentuada inferioridade numérica dos mesmos, um triunfo que lhes aplainou o caminho da vitória definitiva.

Depois da batalha cessaram momentaneamente as hostilidades entre contrários. Vencedores e vencidos assinam, a 27 de Novembro de 1614, um armistício de cuja celebração mandariam ambas as partes informar a seu rei, esperando que, deles, viesse, em última instancia, a solução final da contenda. Na qualidade de mensageiros portugueses embarcaram, para Lisboa, Diogo de Campos Moreno e, para Paris, o capitão Gre-

gório Fragoso. No desempenho de idênticos encargos seguiram para a França e para a Espanha os senhores Maillart e Pratz.

O navio que conduzia os comissários áquele país levava igualmente muitos franceses que, desesperados com as tristes ocorrências dos últimos tempos, regressavam á Pátria. Entre estes figuravam o Padre frei Arcanjo de Pembrock e mais 17 religiosos capuchinhos.

Expediu-se também aviso do sucedido para Pernambuco, sendo dele encarregado o alferes Manuel de Sousa d'Eça.

Enquanto os emissários partiam rumo ao velho Continente, recebia Jerónimo de Albuquerque, para fazer face ás prementes necessidades da guerra, novo socorro, ainda, dessa vez, reunido em Pernambuco por ordem do Governador Geral.

Chefiava-o o alferes Francisco Caldeira Castelo Branco, outrora capitão mor do Rio Grande do Norte e soldado de grande valor pessoal, mas que, daí por diante, se faria conhecido por seu génio rixento e atrabiliário.

A Castelo Branco cabia apenas entregar a tropa sob suas ordens ao Capitão mor Jerónimo de Albuquerque e seguir diretamente para Lisboa a serviço pessoal do Governador. Suas funções eram, pois, a de um simples comandante de contigente de reforço.

Instado, porém, por seu próprios homens, deixou-se indevidamente ficar no teatro da guerra para dela participar de maneira ativa.

Há quem pense, com bem fundadas razões, que, movido por ocultos desígnios, ele próprio se fizera o inspirador da ideia de seus subordinados solicitarem a sua coparticipação naquela luta.

A ação desenvolvida por Caldeira Castelo Branco em S. Luís foi, segundo parece apurado, das mais trevosas; dela nos fala mesmo o sargento mor Diogo de Campos Moreno, o principal cronista da campanha pela recuperação do Meio Norte, com muito pouca simpatia.

Insinuando-se no animo do velho capitão mor, com quem aliás mais tarde haveria de se indispor seriamente, inculcou-se seu conselho político e militar e levou-o a esquecer a palavra que solenemente empenhara no pacto assinado com a gente de S. Luís.

A pesar de ter-se obrigado por aquele instrumento a manter o "statuquo" reinante entre ambas as partes até que sobre o assunto se manifestassem as duas cortes interessadas, fez Jerónimo de Albuquerque constar ao chefe inimigo que recebera ordem para romper as tréguas ou estabelecê-las sobre melhores bases. Andando os franceses muito deprimidos com os últimos reveses militares, a manha deu resultado, e ele obteve, assim, dos contrários a promessa formal de que evacuariam suas posições no breve prazo de 5 meses. Como penhor do novo ajuste, foi entregue aos nossos, no dia 31 de Julho, o forte de Itaperi ou de S. José, situado a nordeste da ilha de S. Luís.

Dois meses depois, a 5 de Outubro de 1615, afluiu a Albuquerque o

socorro de mais uma tropa, vinda directamente do Nordeste. Contando 900 homens de armas entre pagos e aventureiros, partira a bordo de uma poderosa armada de 9 embarcações veleiras, sendo 7 galeões e 2 caravelas.

Fora organizada debaixo das vistas do próprio governador geral, que havia recebido avisos de Guaxenduba, ficando sob a direcção de Alexandre de Moura, cavalheiro da casa de Sua Majestade e antigo capitão mor de Pernambuco, investido, para isso, do título de Governador Geral d'Armas e Conquista.

Nessa empresa militar de novo tomava parte activa o sargento mor de Estado Diogo de Campos Moreno que já tanto dera que falar de si. Tendo assinado o armistício em S. Luís, ele fora, como se viu, despachado, á metrópole com a notícia das primeiras pazes. Mal recebido pelo arcebispo D. Aleixo de Meneses, vice-rei de Portugal, que muito estranhou as tréguas firmadas com franceses, a quem reputava simples piratas, tornara Diogo de Campos ao Brasil trazendo reforços que apenas chegados haviam sido incorporados ao grosso da armada de Alexandre de Moura.

Após realizar sem tropeços a longa viagem marítima, a expedição penetrou no Maranhão pela barra do Periá, que a imprevidência dos franceses havia deixado desguarnecida, indo fundear na barra de S. José.

Severo cumpridor de seus deveres e achando-se revestido de maior autoridade que qualquer outro oficial, não trepidou o novo chefe, logo depois de ter assumido a direcção geral das forças portuguesas, em pôr termo ao acordo concertado com os adversários á revelia do Governador Geral e do próprio rei, ordenando a Jerónimo de Albuquerque que os atacasse por terra.

Diz João Francisco Lisboa que "o capitão mor, posto que despojado tão indecorosa e impoliticamente do comando, em uma conquista que tinha já quase acabado, e cuja principal glória lhe pertencia", agiu como bom patriota que tudo esquece e sacrifica para bem servir á terra natal. Obedecendo sem tergiversar e sem mesmo curar de que assim agindo quebrava, mais uma vez, o seu compromisso de honra, pelo interior da ilha guiou os nossos ao acampamento inimigo e, postando-se no lugar conhecido por Fonte das Pedras, sitiou-os pela parte de terra.

Enquanto isso, Alexandre de Moura, desembarcando na Ponta de S. Francisco, aí fazia construir ás pressas uma estacada de pau a pique, a que se deu o nome de forte do Sardinha.

Posto entre dois fogos, e vencido pelo apertado bloqueio que lhe impunham os nossos, La Ravardiere capitulou a 25 de Novembro de 1615, entregando o forte de S. Luís, sobre o qual foi içado solenemente o símbolo de Portugal vitorioso.

Tempos antes de tão feliz desenlace, chegara ao teatro da luta para preenchimento dos claros que se faziam cada vez mais numerosos nas tropas lusitanas, e mesmo para engrossá-las, uma força vinda directamente do reino. Era formada de soldados aguerridos e capazes de enfrentar

com vantagens qualquer inimigo, e tinha por cabo Miguel Siqueira Sanhudo.

Malgrado o espírito cristão e os méritos reais dessa empresa, realizada dentro de moldes bem mais humanitários do que os usados pelos portugueses, a França Equinocial malograra-se melancolicamente.

A reacção movida pelas forças luso-brasileiras e a inexplicável atitude de La Ravardiere, cedendo a todas as onerosas condições que lhe eram impostas pelos portugueses, (37) anularam em boa hora os designios imperialistas dos gauleses sobre os chãos brasileiros.

Finda a campanha, aos intrúsos vencidos permitiu-se voltarem a seus lares na outra banda do Atlantico.

Na qualidade de colonos, ficaram retidos no Maranhão apenas os que se tinham casado com indígenas e se mostravam desejosos de permanecer em nosso país.

Não interessa acrescentar maiores minúcias á história da luta pela recuperação da ilha de S. Luís. Pelo que vimos sumariamente, nela não ocorreram grandes feitos guerreiros e o que ficou registado parece-nos bastante para dar uma ideia assaz clara de como se processou a expansão linear da colónia pela faixa costeira do Meio Norte.

Referências especiais cabem, todavia, ás aventuras militares de Martim Soares Moreno. E' assunto que se liga de perto ao tema que aqui se debate na parte relativa ás dificuldades do tráfego nas águas do setentrião brasileiro. Aliás tudo que se vem lendo visa, em grande parte, a documentar a excepcional importancia dos factos geográficos na evolução da história de todo o Nordeste brasileiro situado além do cabo de S. Roque.

Narrámos que, em 1613, volvidos de novo os olhos dos dirigentes para o Nordeste, empossado, no Governo Geral do Brasil, Gaspar de Sousa, este cometeu a Jerónimo de Albuquerque, que tanto se distinguira nas lutas pela dominação do Rio Grande do Norte, o encargo de expulsar os franceses já perfeitamente radicados no Maranhão.

Cabia-lhe também estabelecer no litoral cearense um segundo presídio militar, destinado a servir de base de apoio á marcha dos nossos para o Norte, e que igualmente vigiaria o enorme trecho da costa deserta contra possíveis incursões de índios e flibusteiros franceses.

Ficava, porém, a realizar uma série de manobras preliminares essenciais a qualquer guerra de conquista. Urgia, não só, reconhecer o quadro geográfico regional, onde os portugueses iriam atuar, como também

(37) Os motivos que levaram o comandante francês a tão estranha atitude são desconhecidos. Atribuem uns à sua profunda incapacidade militar, outros, com mais razão, ligam-na aos desgostos que lhe minavam o espírito por se saber destituído do governo da Colónia que fundara e que era todo o seu enlevo e esperança.

perquirir minuciosamente a própria situação do inimigo, tarefas de grande responsabilidade e importancia, que seriam entregues á perspicácia e valentia de Martim Soares Moreno.

Tendo madurado no convívio dos indígenas nordestinos, falava com perfeição a língua brasílica e conhecia a alma dos nativos através de todos os seus meandros, compreendendo-a fraternalmente. Dez anos de contacto com os aspérrimos chãos do Ceará e Rio Grande do Norte tinham-no igualmente feito merecedor da fama de hábil sertanista de que com justiça gozava entre seus pares.

Era intrépido no fogo das batalhas e cru na vitória contra os inimigos do seu rei, que executava, de ordinário, sumariamente. Bravura algo primitiva mas incontestável e ardente devoção em servir os interesses da pátria, lhe haviam dado ao nome particular destaque em todo o Brasil Norte-Oriental.

Possuia, pois, os requisitos exigidos para levar por diante aquela missão de confiança, missão "para a qual efeito era necessário ir uma pessoa de satisfação", conforme se pode ler na carta do próprio governador geral, Gaspar de Sousa, a el-Rei.

Eleito, não titubiou Soares em atender ao apelo de seu superior hierárquico. Passando, consoante ordem recebida, o comando do reduto de S. Sebastião a Estêvão de Campos, seu imediato ali, foi unir-se a Jerónimo de Albuquerque, indo com ele até Camucim, local, como foi consignado linhas atrás, do primeiro estacionamento de ambos.

Tudo concertado, apartam-se os dois homens. Enquanto Jerónimo de Albuquerque retrocede para Jeriquaquara, Martim Soares segue seu destino para a empolgante aventura no Santa Catarina, embarcação que viera de Pernambuco ao Ceará especialmente para conduzí-lo até ali. Dela era mestre Sebastião Martins e piloto Afonso Gonçalves. Levava o barco, além da guarnição, vinte e cinco soldados, o sargento Pedro Lobato Malio e alguns silvícolas de confiança ("Parti, diria nosso herói já em S. Domingos, com 25 hombres de guerra e 7 índios que traiga commigo").

Cabia-lhe, como vimos, reconhecer as forças contrárias e sondar a barra do Maranhão, "La barra del Marallon", conforme resava a provisão que lhe fora dada em Camocim pelo próprio Jerónimo de Albuquerque, segundo ordens do Governador Geral; provisão que foi por ele exibida ás autoridades de S. Domingos a fim de justificar sua insólita presença naquelas paragens lidimamente espanholas. (38)

No local designado para as suas actividades, desincumbiu-se corajosamente da rude empreitada que lhe fora atribuida, malgrado o turbilhão

(38) O principal objectivo desse povo de navegadores e soldados era a conquista dos mercados do levante e o tráfico comercial oceânico em que firmavam suas esperanças de enriquecimento.

de acontecimentos que o envolveram. Palmilhando praias, arrostando correntezas e vingando serras daquele trecho ainda pouco conhecido da colónia, descobriu e situou com felicidade as posições dos franceses estalecidos no Periá e na ilha de Tracatenduba, incendiou depósitos inimigos e tratou amigavelmente com os Tremembés, que demoravam pelas vizinhanças. Após o que pensou em regressar ao ponto de partida. Não foi, porém, feliz.

De torna viagem, ao sair do intricado meandro de rios e canais que se vão lançar no gólfão maranhense, não conseguiu o Santa Catarina sulcar a rota desejada.

Batido dos ventos e arrebatado pelas correntes para o mar alto, o antigo veleiro, já muito "facheado pelos golpes que dera nos baixios", aportou á ilha de S. Domingos, depois de ter transitado ao longo da ilha de Trindade e arribado em Cumana, na Venezuela.

Daí transportou-se o nosso homem á Espanha, donde, em Sevilha, escreveria ao Governador do Brasil dando conta de todo o seu longo e perigoso périplo (Carta de 27 de Abril de 1614) e da situação das terras maranhenses.

Um ano depois, encontramo-lo novamente em terras do Meio Norte. No escopo exclusivo de ser útil á pátria, alistara-se sargento mor da armada de Miguel Siqueira Sanhudo que, de saída para o Brasil, em 1615, se destinava também a bater os franceses de S. Luís. Encaminhando-se ao teatro da luta, chegaria a tempo de estar em Guaxenduba e ser entregue ao inimigo como refém garantidor do bom cumprimento das tréguas firmadas pelos portugueses a 27 de Outubro de 1615. Acrescentaria, assim, ao activo de sua benemérita vida mais um serviço prestado ao Brasil.

Vitoriosos estes, graças á intervenção oportuna de Alexandre de Moura, foi Martim Soares Moreno escolhido pelo comandante em chefe das forças luso-brasileiras para pacificar o gentio de Cumá e Tapuitapera, nas terras firmes do Maranhão, após ter sido eleito para dirigir a jornada do Grão-Pará, incubência que seria satisfatoriamente realizada por Francisco Caldeira Castelo Branco. (39)

Embora de muito menor vulto do que o encargo cometido a seu companheiro de armas, não era este, todavia, destituído de importancia.

No território, onde iria actuar viviam numerosas tribos indígenas, assim tupinambás como cariris, que entretinham comércio florescente e contínuo com os inimigos de Portugal.

---

(39) Em carta ao rei, e depois na "Relação do Seará", escreveria Martim Soares que o capitão mor Alexandre de Moura "me elegeu por capitão mor da jornada do Pará, mas considerando a grande necessidade, que o Maranhão tinha da terra firme de Cumá e Tapuitapera, me mandou assistir nela".

Cabia-lhe desarraigar esses nativos do trato e parcialidade que vinham mantendo com os traficantes estrangeiros, obrigação para cujo desempenho contaria apenas com o auxílio prestadio de Frei Cosme de N. S. do Carmo, 25 soldados, um sargento e um oficial.

As diretrizes a seguir nessa missão e também a sua importancia foram, aliás, perfeitamente esclarecidas por Alexandre de Moura no regimento que lhe deu a 2 de Janeiro de 1616, dia de sua partida para o Continente. (40)

Sempre resoluto, apressou-se pois Soares a deixar S. Luís afim de meter mãos á obra.

Estava, porém, doente e sua permanência entre os naturais do Maranhão, não obstante profícua, seria porisso de curta duração. Atormentava-o uma fístula, informam vagamente os documentos coetanos.

Vendo agravados os seus padecimentos e de forma a não poder continuar no posto, requereu e obteve licença para tornar ao Ceará, onde pretendia, ao que presumimos, prosseguir na obra de colonização a que alí dera início em 1612. (41)

Depois da partida de Soares, não encontrando quem o substituisse, teve Jerónimo de Albuquerque que nomear o próprio filho, Matias de Albuquerque, para a importante comissão.

---

(40) Em seu "Relatório", escrito em Lisboa a 21 de Outubro de 1616, reeditaria Alexandre de Moura seus elogiosos conceitos sobre Martim Soares: "Martim Soarez home grande Lingoa e muito experimentado em seus tratos e que primeiro descobriu o Maranhão pela banda de Leste e por tirar os índios as práticas que lhe havião feito alguns franceses, que la andavão, contra nós e nossos tratos, os quais mandou preso".

(41) Parecera, sem dúvida, um tanto estranho e quiçá mesmo fora de propósito que tenhamos, não raro, descido a detalhes no estudo de determinados acontecimentos ocorridos no Ceará e não hajamos procedido de maneira idêntica em relação a factos ligados à história do Norte e meio Norte, chegando até a passar de modo superficial sobre alguns factos que poderiam ser reputado importantes.

Fizemo-lo, porém, por motivo deliberado. A crónica do norte, incluindo-se Maranhão e Piauí, tem, talvez pela riqueza dos seus sucessos, merecido a atenção de um grande número de estudiosos que a tornaram assás conhecida do público em geral.

Outro tanto não ocorre em relação ao Ceará, cuja história é quase ignorada no Sul do país, tanto que aparece eivada de incorreções toda vez que é citada, mesmo em trabalhos de responsabilidade aqui editados.

Divulgando detalhes a seu respeito visamos fazê-la mais acessível e provocar para ela curiosidade dos que se dão ao hábito benéfico das leituras históricas.

Como da primeira vez, não pôde o veleiro em que viajava Soares vencer o mar e a orientação dos ventos e, assim, foi ele levado de novo para as Antilhas, indo parar na ilha onde fundeara três anos antes, em Outubro de 1613.

Sobre essa segunda visita involuntária á América insular assim depõe Martim Soares na "Relação do Ceará": "Arribei ás Índias a S. Domingos, donde o Presidente (então D. Diogo Gomez de Sandoval), me encarregou de cabo dos navios que saido do dito porto".

Alguns anos antes, tentando realizar o que não lograra o esforço pertinaz de Martim Soares e de tantos marinheiros antes dele, isso é, navegar do Maranhão para barlavento, foi também infeliz o Capitão Manuel de Souza d'Eça, aquele valente soldado que, no comando do forte de N. S. do Rosário, derrotara os franceses de du Prat.

Enviado a Pernambuco com cartas de Jerónimo de Albuquerque para o Governador Geral, não conseguiu chegar ao porto de destino. O navio que o conduzia, tocado com ímpeto e força pelos ventos contrários, derivou, sendo seu piloto obrigado a arribar em Porto Rico.

Novamente se oporiam as forças da natureza aos desígnios humanos em 1618. Nesse ano, quando tentavam voltar do Maranhão para o Estado do Brasil, foram também os jesuítas Pes. Manuel Gomes e Diogo Nunes, capelães da armada de Alexandre de Moura, atirados á ilha de S. Domingos.

IX — JORNADA DO GRÃO-PARÁ E AMAZONAS

Em 1615, após lutas rijas e cruentas, era reconquistado o Maranhão aos franceses e seus aliados nativos. Assegurada a paz pela vitória das armas lusitanas, reinou de novo relativa tranquilidade sobre aqueles chãos que tantos aventureiros europeus haviam até então inutilmente cobiçado.

Tal tranquilidade não era, porém, o morno sossego dos triunfos definitivos, mas apenas o interregno indispensável para novas arremetidas pioneiras. Lançados fora de S. Luís os intrusos, tratou Alexandre de Moura de ultimar a conquista das outras ilhas das baías de S. Marcos e S. José. Nomeou também Jerónimo de Albuquerque capitão mor do Maranhão, este já erigido em capitania geral sob a dependencia do Governo do Brasil.

Dominada a região insular, iniciou-se sem perda de tempo a ocupação da terra firme pela faixa litoranea do recôncavo maranhense.

Nesse afã, tomam pé os reinóis primeiramente em Cumá e Tapuitapera, "fazendo Igrejas e quietando índios", segundo a concisa e pitoresca linguagem escrita dos documentos da época.

Derrama-se a seguir a onda humana pela baixada, donde subirá o curso

do Mearim, Pindaré, Itapicuru e tributários, em busca dos sertões que se alteiam ondulando muito ao longe em serras numerosas.

Desbravadas as margens dos grandes rios, escarmentados os nativos, grangeará o branco aquele solo fértil, onde, cêrca de dois séculos decorridos, pelas alturas de 1800, haveriam de surgir grandes lavouras e possantes banguês.

Trabalhados pelo braço forte e disciplinado do negro, banguês e lavouras dariam invejável prosperidade a todo o Maranhão criando, na época imperial, uma aristocracia brilhante e culta mas parasitária.

Após estacionar durante decénios junto ás praias marítimas e fluviais, lenta e progressivamente avançará o povoamento pelos entre-rios, semeando suas várzeas ricas de estabelecimentos agrícolas e fazendas de criar.

Sertanistas audazes, caçando tesouros e silvícolas, cedo abrirão picadas em plena hinterlandia para os manadeiros dos grandes caudais que fecundam os agrestes rincões do meio norte.

Das ribas baianas e pernambucanas do S. Francisco arrancarão também em busca dos altos sertões do Piauí e Maranhão vaqueiros e bandeirantes paulistas, balizando seus caminhos de casas fortes e currais.

O ameríncola vingativo e agitado não deixará impune a invasão de seus seculáres domínios territoriais. Reagirá como sempre violentamente. Com redobrada valentia e ferócia renovará seus ataques aos espoliadores e mais sangue empapará o solo ainda virgem.

Embalde, porém, o fará. O trágico destino da raça americana selara-se no dia em que o branco, descendo em enxames do bojo das caravelas, pisou curioso e alarmado os chãos do Novo Continente.

Aqui, por toda parte, vencerá o alienígeno europeu melhor, aparelhado para a luta.

Numerosas tribos serão sacrificadas ás tendencias expansionistas dos povos do ocidente, ávidos e cruéis. Regiões inteiras, desvastadas pela fúria de uma guerra sem quartel, se despovoam, aldeias extinguem-se e, no deserto criado pelo quase completo extermínio do íncola, surgirão enormes domínios latifundiários, sítios e também ínfimos arraiais que se tornarão vilas e chegarão mesmo a ser cidades.

Aí aparecerá a figura veneranda do missionário católico na sua faina gloriosa de reunir os índios dispersos para formar aldeias sob a égide bendita da igreja.

Uma modalidade nova de catequese será também inaugurada por meio das missões volantes criadas pelos jesuítas, incansávies sempre em atender ás necessidades religiosas da gente daquele imenso território.

A civilização europeia levará mais de dois séculos para realizar o domínio integral das bacias potamográficas do meio norte, criando uma história regional sem lances de epopeia mas, mesmo assim, cheia de episó-

dios de acentuada dramaticidade como essa *balaiada,* a mais popular de nessas comoções intestinas.

Semelhante movimento de expansão colonizadora, que avassalaria, em futuro um tanto remoto, parte assás considerável do nordeste ocidental, e sobre o qual teremos ocasião de voltar, não se processou de modo desconexo e singular.

Concomitante com ele, e com ele articulado, outro de maior amplitude e importancia cedo se esboçaria, crescendo no rumo da hileia ainda indevassada.

Crismada "Jornada do Grão Pará e rio das Amazonas" nos escritos oficiais da época, ela iria realizar-se dentro de diretrizes certas e pré- estabelecidas pelo governador Geral do Brasil, no regimento para tal fim entregue a Alexandre de Moura.

Dos capítulos mais importantes desse documento histórico e mais diretamente ligados á nova empresa, fizera esta autoridade lavrar um auto que foi lido perante toda a tropa aquartelada em S. Luís, no dia 13 de Dezembro de 1615.

A metrópole, sem dúvida bem informada dos perigos que corria a região amazónica, cujas águas andavam infestadas de flibusteiros de todas as castas e bandeiras, resolvera agir com firmeza, determinando o imediato avanço sobre a foz do rio-Mar.

Que "...se fizesse a jornada do Gran Pará e Rio das Amazonas, e se botassem delles os estrangeiros, que ali residem, posto que parece cae na demarcação de Castela o Rio Amazonas...", recomendava o regimento dado a Alexandre de Moura.

Visando em principio á ocupação e defesa do estuário amazónico, a jornada do Grão Pará pode, por isso mesmo, ser considerada mais um capitulo da marcha triunfal dos luso-brasileiros para o poente, marcha que os obstáculos sem conta, antepostos pelo meio físico e pelo próprio homem nativo, jamais poderam impedir ou mesmo retardar de maneira sensível.

Partiu o seu impulso inicial da ilha de S. Luís com a expedição conquistadora que deixou o forte de S. Filipe a 25 de Dezembro de 1615. Integravam-na colonos e soldados de todas as armas, menos cavaleiros. O grosso da tropa era naturalmente composta de infantes, dos quais 150 antigos partidários de Castelo Branco e que o haviam acompanhado ao Maranhão no ano anterior.

Repartidos, pois, em três companhias, ficaram os soldados sob o comando dos capitães Alvaro Melo, Pedro de Freitas e Antonio da Fonseca.

Por subalternos das unidades iam os alferes Pedro Teixeira, Pedro Favela e Gaspar de Macedo, homens que se fariam notados na história colonial paraense pela sigularidade e valor de seus feitos políticos e militares.

A força seguiu acomodada em três embarcações de pouco calado, bem

providas de munições e mantimentos e guarnecidas com dez peças de artilharia, entre grandes e pequenas.

Dirigia toda a conduta, com a patente de capitão mor da conquista, Francisco Caldeira Castelo Branco que, como dissemos, tomara o lugar de Martim Soares Moreno, eleito antes para realizar o benemérito feito.

Deveu Castelo Branco o ser escolhido para a importante missão, preterindo quem tão bem a merecia, á necessidade em que se encontrou Alexandre de Moura de afastá-lo e á sua gente dos demais portugueses estacionados em S. Luís. Sendo demasiado impetuoso e autoritário, tanto quanto valente e hábil na guerra, ele se indispusera com Jerónimo de Albuquerque e outros chefes militares durante a recente campanha contra os franceses e se tornara, assim, uma ameaça á disciplina e mesmo á segurança de toda a tropa sediada no Meio-Norte.

Arredá-lo daí era, pois, das mais prementes necessidades do momento. A esse propósito diria mais tarde Alexandre de Moura em relatório a seu rei:"...e lhe dei 150 soldados de sua parcialidade a fora outros repartidos em 3 companhias com seus oficiais pellos tirar a todos de suceder outro motim no Maranhão".

A viagem dos expedicionários até o local de destino fez-se costeando e somente de dia para que, consoante recomendava o "Regimento", se "tomaram as conhecenças da terra". Os ócios dos marinheiros foram, por isso, consumidos em observações e sondagens batimétricas frequentes e determinadas pelo piloto mor Antonio Vicente Cochado para levantamento de todo litoral.

Doze dias depois da saída da baía de S. Marcos, transpunha a pequena força naval os umbrais do anfiteatro amazónico, pelo desaguadouro do rio Pará.

Sempre navegando ao longo da praia, chegaram todos á baía de Guajará, a cujas margens, buscando sítio propício á erecção de uma vila, tomaram terra em 12 de Janeiro de 1616.

O primeiro contacto com a paisagem equatorial do estuário, exuberante de vida, agressiva e multifária, não causou, por certo, nos recém-vindos terrores nem deslumbramentos. Conheciam-na eles de algum modo em sua feição geral pela miniatura geográfica que lhes oferecera o gólfão maranhense que muito se lhe assemelha, e também através das narrativas cálidas dos pilotos franceses que guiavam a pequena armada e que já anteriormente haviam transitado pela região em camaradaria com os indígenas.

Levava, com efeito, a expedição como práticos da costa e intérpretes a Charles des Vaux e mais dois ou três de seus compatriotas aprisionados em S. Luís, por não se atreverem os pilotos portugueses a dirigir sózinhos seus barcos nos mares do extremo norte. (42)

---

(42) A situação da maruja lusitana apresentava-se, como se vê, bem mu-

Na foz do rio Guajará escolheu o capitão mor da conquista um pontal de chão firme, nele lançando, sem mais delongas, os fundamentos das obras de defesa, fixas, que deviam garantir os recém-vindos contra possíveis investidas de nativos e corsários.

O tempo e os acontecimentos viriam demonstrar que a perspicácia e o tino profissional de Castelo Branco, qualidades que todos lhe reconheciam e o proclamara o próprio Alexandre de Moura no acto de sua nomeação para a arriscada expedição ao Amazonas, não haviam falhado na preferência dada áquele local para ser a sede do núcleo que, em futuro próximo, irradiaria a influência lusitana para todo o nosso setentrião.

Erecto em terreno facilmente defensável, entre o rio Guajará e seu afluente, o Gumá, com a denominação de forte do Presépio, hoje mudado para Castelo, a fortificação paraense apresentava a forma de um castelo quadrado, sobrepujando de 4 a 5 braças o terreno vizinho.

Do lado do rio estava guarnecido de gabions (cestões) entre os quais haviam sido assentadas as peças de artilharia trazidas de bordo. As outras faces constavam apenas de uma muralha de pedra, de duas braças de altura, sobre um fosso seco. Ao norte, cêrca de sessenta braças de distancia do forte, passava um igarapé que, desse lado, concorria para aumentar-lhe a eficiência e segurança. (43)

Uma capela de proporções minúsculas foi construída, sob a invocação de N. S. das Graças, no próprio centro da área fortificada. Ela seria o refúgio onde, durante anos, os corações mais chegados a Deus iriam buscar alento espiritual tão necessário aos que alí curtiam as agruras do exílio.

Sendo o reduto do Presépio de dimensões demasiado exíguas para alojar a todos os homens da expedição, muitos derramaram-se, desde cedo, pela orla praieira da baía de Guajará, nela levantando as primeiras casas de morada, algumas das quais não passavam de míseros tejupares.

Principiara, mesmo por essa forma, a viver o povoado de N. Senhora de Belém, o precário núcleo de condensação humana, fadado a transmudar-se, três séculos depois, na brilhante metrópole que hoje conhecemos.

O início dos seus dias, 12 de Janeiro de 1616, marca nova éra para aquele recanto da América cisístimica. Estava lançado o marco inicial da incorporação definitiva ao património português da imensa e fértil região

---

dada. Anos antes, pediam os espanhóis pilotos portugueses para ajudá-los com sua habilidade e perícia a explorar a foz do Amazonas, agora eram os próprios portugueses que requeriam o auxílio de estranhos afim de transitar em segurança por águas, outrora, assás familiares aos seus antepassados.

(43) Th. Braga — História do Pará.

que o entusiasmo patriótico de Caldeira Castelo Branco chamou de Feliz Lusitania.

Uma vez radicados os conquistadores aos chãos do estuário, estavam naturalmente abertas á sua desvairada cobiça as portas da bacia do imenso rio nortista, esse mundo misterioso e povoado das lendas mais inverossímeis e tecidas pela imaginação febril dos próprios brancos que a haviam visitado no decorrer do século que findara cerca de um quinquénio antes.

Verdadeiramente aquelas terras não pertenciam aos portugueses. "O Tratado de Tordesilhas, conforme acentua o escritor portenho Enrique de Candida com sua justa visão dos factos, criara para Portugal uma situação de inferioridade no Novo Mundo. Por que quase tudo ficara reconhecido como de Espanha e só a nesga entre Belém e Laguna, nos cálculos de geógrafos e estadistas, era de direito portuguêsa. A planície amazónica, quase incalculável, ficara no domínio daquela como parte integrante das "Gobernaciones" de Pizarro, de Pedro de Mendoza, concedido em "Capitulaciones de 13 de Fevereiro de 1544, sob o pomposo nome de Nueva Andaluzia", a Francisco de Orellana, incluído finalmente, em 1552, 1568 e 1569, nos territórios de que o Rei de Espanha fez mercê a Jerónimo de Aguaio, Dio-Hernandez de Serpa, Pedro Malavar da Silva e Juam Ortiz de Larate. (44)

Tudo isso tinha, porém, no momento minguada significação. Os luso-brasileiros ali estavam com a firme decisão de conquistar aquele extenso território, e haviam mesmo recebido instruções do governo de Madrid para levar por diante esse extraordinário cometimento.

Rio Branco, sempre atilado em seus conceitos, atribui a anómala atitude de Castela autorizando e, de certa forma, incentivando a invasão de seus domínios coloniais, a um factor determinante de ordem militar ou seja a fraqueza e inabilidade que os comandantes espanhóis da ilha da Trindade e da Guiana tinham dado mostra da defesa contra ingleses e holandeses da parte da costa sul americana que ia do Orenoco ao Amazonas, onde o soberano espanhol havia, ao que se sabe, feito numerosas concessões territóriais no intuito de apressar-lhe a colonização.

Segundo o mesmo autor, isso fizera compreender aos conselheiros da Coroa de Espanha ser preferível confiar aos Portugueses a tarefa de opor-em-se nas margens guianenses do Amazonas e sobre uma parte do Cabo Norte, ou Província das Aruacas, ás investidas e tentativas dos ingleses "rebeldes da Holanda", votados, sobretudo, nessas paragens, á descoberta das riquezas fabulosas do El Dorado, do que perdê-las definitivamente.

Em pleno século XVII a lenda fascinante do El Dourado continuava, com efeito, e continuaria por muitos decénios ainda, a viver na imagi-

---

(44) **Enrique de Candia — "Limites de las Governaciones Sud Americanas em el Siglo XVI. Bueno Aires. 1933." Apude Arthur Cesar Reis — "Paulistas na Amazónia. Rio. 1941".**

nação dos povos do Mundo Ocidental, despertando interesse e acendendo cobiças.

Seu nome andando de boca em boca, de envolta com factos reais, mas naturalmente exagerados, figura ainda no mapa de Jongle (1640) e reaparece mesmo nas cartas geográficas do último quartel do século XVII (Cartas de Pierre du Val — 1664-1679), localizado ora nas lindes meridionais das Guianas, ora em terras brasileiras do Amapá. Era quanto bastava para manter acesa a cobiça dos povos rivais de Portugal.

O encargo que coubera a Francisco Caldeira Castelo Branco, o iniciador da expulsão lusa no extremo norte do Brasil, era, pois, sobremaneira árduo.

Competia-lhe não apenas ocupar definitivamente aquela parte da Amazónia, valorizando-a pela cultura agrícola, e defendê-la contra os corsários que, por ventura, tentassem salteá-la, senão também expulsar dela os europeus intrusos que houvessem estabelecido em seu solo feitorias ou colónias.

Ora, tais intrusos se tinham tornado numerosos em todo o baixo Amazonas.

De prisioneiros holandeses e franceses, capturados nos primeiros dias da chegada, teve o chefe ocasião de inteirar-se dessa alarmante verdade: — A ganancia de comerciantes europeus havia transformado as terras amazónicas em cenário de fartas e torvas operações mercantís.

Cerca de cento e vinte léguas a montante do fortim recém-construído, nas margens do próprio Rio Mar, súditos britanicos, enviados pelos capitães Guilherme Clovel e Tomaz Tyndall, tinham subrepticiamente instalado uma colónia, onde viviam com mulheres e filhos entregues aos labores agrários.

Eram, aliás, os ingleses velhos frequentadores da região amazónica. Sujeito Portugal a Espanha, eles desde 1596, chefiados a princípio por Lourenço Keymis, um preposto de Sir Walter Raleigh para a América Meridional, e, depois, sob o comando de Leonardo Berrie, outro enviado do célebre e malaventurado favorito de Isabel, vinham eles visitando também amiudadamente as zonas do estuário e suas imediações.

Dois oficiais de igual nacionalidade, os capitães Miguel Haricourt e Eduardo Harvey, já haviam mesmo tentado subir o Araguari com a intenção de explorá-lo (45)

De simples corsários haviam, pois, passado os vassalos dos Stuarts a colonizadores de terras brasileiras com grave prejuízo para os direitos dos seus legítimos donos.

---

(45) As primeiras expedições inglesas para as Guianas são as de Sir Robert Dundley (1594-1595) e as de Sir Walter Raleigh (1595), cujas acções se limitaram á ilha da Trindade e á bacia do Orenoco. (Rio Branco, "Fronteiras").

o reino minucioso relato de tudo que ocorrera durante o período inicial da ocupação. Era mistér igualmente entrar em contacto com o governo do Maranhão, a cuja frente, como dissemos, se achava Jerónimo de Albuquerque na qualidade de seu primeiro Capitão Mor e participar-lhe a posse da terra e a situação geral da tropa de conquista. Urgia mostrar-lhe e premência irredutível de novos reforços, víveres, soldados e imigrantes, garantidores do prosseguimento da empresa começada sob tão auspiciosos augúrios.

Para ir a S. Luís foi destacado o alferes Pedro Teixeira, nome que depois tanto avultaria, a serviço da causa da Pátria, e que era realmente o homem exigido pelo momento.

Dando início ao desempenho de sua missão, deixava êste a vila de Belém no dia 7 de Março de 1616, acompanhado de António da Costa, três soldados pagos e um grupo de índios flecheiros.

Vencendo, com inquebrantável energia, os impedimentos opostos á sua marcha pela natureza do terreno e pelas insídias dos Tupinambás, dois meses depois chegava a destino com toda a escolta.

Essa viagem veio rasgar, através de uma região exuberante, mas hostil, o primeiro caminho terrestre ligando S. Luís a Belém.

Outras vias de intercomunicação seriam posteriormente abertas em pleno sertão ou ao longo das praias oceanicas, tendo em mira evitar o grande obstáculo que era o mar. Tais estradas, feitas a custa de ingentes sacrifícios, — como a que construiu anos mais tarde o próprio Pedro Teixeira entre Belém e Alcantara, — cairiam no olvido logo que os aperfeiçoamentos náuticos tornassem mais fáceis as viagens marítimas da Amazônia para o nascente, mas, naquele momento, estavam fadadas a desempenhar função de alta relevancia.

(CONTINUA)